

Carta de prerrogativas para as vítimas (2025)

A presente Carta reúne prerrogativas estruturadas em formato de diretrizes, elaboradas pelo *Fórum Internacional de Direito das Vítimas*, no âmbito do Grupo de Trabalho instituído pelo *Nexo Governamental*, projeto de extensão vinculado à **Universidade de São Paulo - USP**. As referidas prerrogativas foram aprovadas por unanimidade em Sessão Deliberativa da Comissão Executiva, realizada em 27 de novembro de 2025, na *Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Distrito Federal* e que serão adotadas por órgãos nacionais e internacionais mediante celebração de acordos de cooperação técnica e/ou outros instrumentos equivalentes, garantindo-se sua adequada implementação e efetivação, observadas as competências e capacidades institucionais de cada ente participante.

Presidência. MARIANA BORGES FERRER FERREIRA
Patrona. MARIA DA PENHA FERNANDES

APOIO INSTITUCIONAL



UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DELL'INSUBRIA



PODER JUDICIÁRIO DE ALAGOAS



STM SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



AB 65
DISTRITO FEDERAL



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Associação di amicizia Italia-Brasile
Associação de amizade

PORTAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA 5ª REGIÃO



JFAL

JUSTIÇA FEDERAL EM ALAGOAS



NACIONAL



IMP
INSTITUTO MARIA DA PENHA



AB
MINAS GERAIS

UNIR PARA AVANÇAR
FORTE E PRESENTE



SUN
odontologia



DEFENSORIA PÚBLICA
DISTRITO FEDERAL

REALIZADOR OFICIAL



próxima
INSTITUTO BRASILEIRO DE ATENÇÃO E APOIO INTEGRAL ÀS VÍTIMAS

Comissão Executiva. ADALGIZA AGUIAR (MPDFT), AMINI HADDAD CAMPOS (STM), ANA CAROLINA DE FREITAS OSÓRIO (PRÓ-VÍTIMA), ANA ELISA BECHARA (USP), ANA TEREZA GIACOMINI (MPMG), BEATRIZ CANEDO (IDP), CAIO NUNES DE BARROS (TJAL), CAMILA RUFATO DUARTE(DIREITO. DELA), CAROLINA SAMPAIO VALÕES (TJAL), CATHARINAORBAGE DE BRITTO TAQUARY BERINO (FPMB), CELESTE LEITE DOS SANTOS (MPSP), CLARISSA NEPOMUCENO SOARES (ADVOCACIA), CRISTINA LOPES AFONSO (ALEGO), DELZIRA BALDOIDO (MPMG), ELIANE AUGUSTA DE MENEZES ACIOLY (TJAL), ENEIDA ORBAGE DE BRITTO TAQUARY (FPMB), FÁBIO PORTA (CONGRESSO ITALIANO), GISELE FERREIRA (GDF), GUILHERME FELICIANO (CNJ), GUSTAVO CHALFUN (OAB-MG), IONE MARIA MOREIRA DIAS BARBOSA (CONGRESSO NACIONAL), IRANY VIDIGAL POUHEL (ARTISTA PLÁSTICA), IVANA FARINA NAVARRETE PENA (MPGO), JAQUELINE FERREIRA GONTIJO (MPDFT), JARBAS SOARES JÚNIOR (MPMG), KÁTIA HERMINIA RONCADA (TRF3), LUCIANA TRINDADE (PSB), LUCIANE GOMES (CNJ), MANOEL JORGE E SILVA (MPT), MÁRCIO BARBOSA MAIA (TRF1), MARCIA ANTUNES (PGE), MARIA BERENICE DIAS (IBDFAM), MARIA HELENA MALLMANN (TST), MARIA JÚLIA POLETINE ADVINCULA (OBSERVÁTORIO.GICS), MARTA LÍVIA SUPPLY (VIRADA.FEMININA), MELINA GIRARDI FACHIN (UFPR), MORGANA DE ALMEIDA RICHIA (TST), NATHÁLYA OLIVEIRA ANANIAS (ADVOCACIA), NILDETE SANTANA DE OLIVEIRA (OAB-DF), RAFAELA RIBEIRO MITRE (DFP-DF), REGILENE SIQUEIRA (PCDFT), VIVIAN CRISTIANE EISENBERG DE ALMEIDA (TJPR).

Comissão Organizadora. alunos do NEXO GOVERNAMENTAL - USP. GABRIELLE SANTANA HELLINGER, GABRIELLY DELL ISOLA NEPOMUCENO, GISELA DE JESUS DOS SANTOS, ISABELLE FREITAS, JONATA MATHEUS DE SOUZA SIQUEIRA MALAQUIAS, LANNA NICELY MATIAS PERALTA, LOUISELETICIA WANZELER, LUIS FERNANDO DE JESUS RIBEIRO, LUIZA MARIA JANUARIO, SILVIA NOGUEIRA, SOPHIA MORKS.

DAS PRERROGATIVAS

PRERROGATIVA 1. Varas e promotorias especializadas em crimes sexuais extrafamiliares:

Instituir varas e promotorias de justiça, especializadas no processamento e julgamento de crimes contra a dignidade sexual cometidos fora da tipificação de violência doméstica e familiar. Enquanto não forem instituídas as varas e promotorias especializadas, as já existentes devem dispor de equipes técnicas multidisciplinares, capacitadas periodicamente em violência sexual para assegurar atendimento humanizado, com acolhimento qualificado e acessível, preservando a integridade física, psíquica, moral e emocional das vítimas, observados os protocolos técnicos de atuação para vedar a violência institucional, conforme dispõe a Lei Mariana Ferrer e o entendimento da ADPF 1.107.

CONSIDERANDO que a Lei nº 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer) instituiu parâmetros normativos vinculantes de proteção à dignidade da vítima, vedando práticas vexatórias, constrangedoras, de desqualificação moral, de culpabilização e quaisquer outras formas de violência institucional, impondo aos órgãos do sistema de justiça a atuação por profissionais devidamente capacitados para compreender a dinâmica neurobiológica, psicológica e comportamental do trauma decorrente da violência sexual.

CONSIDERANDO que a especialização evita equívocos de tipificação decorrentes de confusão normativa, especialmente o enquadramento inadequado de crimes sexuais extrafamiliares como situações de relação doméstica, afetiva ou familiar, elementos frequentemente inexistentes e que comprometem a correta aplicação da legislação penal e processual;

CONSIDERANDO que varas comuns, em regra, não dispõem de continuidade processual, tempo adequado, formação específica, sensibilidade para desconstruir estereótipos de gênero e articulação interdisciplinar necessária à adequada condução de casos de violência sexual;

CONSIDERANDO que varas especializadas asseguram a aplicação sistemática de protocolos de oitiva protegida e humanizada, a compreensão de fenômenos como congelamento traumático, dissociação e estresse pós-traumático, bem como a coordenação contínua com a rede de proteção psicossocial, preservando a integridade emocional e psíquica da vítima e evitando

múltiplas inquirições;

CONSIDERANDO que a especialização garante acolhimento universal, acessível e inclusivo, contemplando vítimas com deficiência, pessoas em situação de vulnerabilidade, vítimas estrangeiras ou com barreiras linguísticas e culturais;

CONSIDERANDO que tal medida está em conformidade com os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil na proteção a vítimas de violência sexual e com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, proteção integral, igualdade de gênero, acesso à justiça e vedação à revitimização;

PRERROGATIVA 2. Medidas protetivas de urgência para vítimas fora do contexto doméstico e familiar:

Incluir na Lei nº 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer) dispositivo que preveja expressamente a possibilidade de concessão de medidas protetivas de urgência à vítimas de crimes sexuais e atos infracionais cometidos fora do contexto de violência doméstica e familiar. Tal previsão deve assegurar proteção imediata e adequada à vítima, inclusive quando o agressor não tiver vínculo afetivo, familiar ou doméstico com a ofendida, quando houver apenas a presença de ameaça real, sem a necessidade de comprovação de vínculo prévio.

CONSIDERANDO que a previsão de medidas protetivas de urgência na Lei Mariana Ferrer constitui instrumento essencial para assegurar proteção imediata às vítimas de crimes sexuais praticados fora do âmbito doméstico e familiar;

CONSIDERANDO que o caso Mariana Ferrer evidenciou lacunas graves no acesso a tais medidas, especialmente porque a vítima, em razão de ter sido dopada e de ter perdido a memória do ocorrido, não pôde identificar o autor, impossibilitando o enquadramento na Lei Maria da Penha e, conseqüentemente, o acesso às medidas protetivas previstas na legislação vigente;

CONSIDERANDO que, em situações dessa natureza, a identificação do agressor depende exclusivamente da investigação técnica, pericial e documental, o que reforça a necessidade de mecanismos de proteção independentes da existência de vínculo familiar, doméstico ou afetivo;

CONSIDERANDO que a concessão de medidas protetivas sem pressuposição de relação entre vítima e agressor é indispensável para evitar enqua-

dramentos indevidos, prevenir revitimizações institucionais e assegurar respeito às especificidades jurídicas e psicossociais das vítimas de crimes sexuais extrafamiliares;

CONSIDERANDO que a criação de medidas protetivas próprias para delitos sexuais extrafamiliares responde à natureza distinta desses crimes, garantindo segurança jurídica, fortalecendo a atuação estatal preventiva e promovendo acolhimento e proteção eficaz às sobreviventes;

PRERROGATIVA 3. Capacitação especializada e estrutura multidisciplinar em violência sexual:

Garantir a capacitação contínua e obrigatória dos integrantes do sistema de justiça e segurança pública, com ênfase em formação técnico-jurídica e psicossocial especializada para crimes sexuais e atos infracionais análogos, além de instituir estruturas institucionais adequadas e equipes multidisciplinares qualificadas, em observância aos princípios constitucionais da dignidade humana, proteção integral, prioridade absoluta e vedação à revitimização (Lei Mariana Ferrer), assegurando atendimento humanizado e efetivo.

CONSIDERANDO que a qualificação profissional contínua, ancorada nos arts. 1º, III, e 227 da Constituição Federal, constitui instrumento indispensável para mitigar revitimizações, combater estereótipos institucionais e assegurar procedimentos céleres, sensíveis e adequados às vítimas vulneráveis;

CONSIDERANDO que a formação especializada e a implementação de equipes multidisciplinares harmonizam a atuação institucional com os parâmetros internacionais de direitos humanos e com os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro no âmbito da Agenda 2030 da ONU;

CONSIDERANDO que tais medidas concretizam o dever estatal de proteção à integridade física, psíquica e moral das vítimas e reforçam o acesso efetivo à justiça, prevenindo práticas revitimizadoras e garantindo atendimento humanizado e não discriminatório;

PRERROGATIVA 4. Vedação e criminalização da violência processual e as táticas ofensivas DARVO:

Instituir mecanismos normativos para identificar, prevenir e vedar expressamente a violência processual — incluindo a prática de DARVO (acrônimo para Deny, Attack, Reverse Victim and Offender, que significa negar os fatos, atacar a vítima e inverter os papéis de ofensor e ofendido) — em

âmbito judicial ou extrajudicial. Tais condutas, que visem a intimidar, humilhar, constranger ou revitimizar a ofendida por meio de sua vida privada, comportamento ou estereótipos, deverão ser submetidas à responsabilização civil, administrativa, disciplinar e penal dos agentes envolvidos, com previsão de sanções específicas, sem prejuízo de tipos penais vigentes.

CONSIDERANDO que a violência processual e práticas como o DARVO (Deny, Attack, Reverse Victim and Offender), ao instrumentalizar o sistema de justiça paranegar fatos, atacar a vítima e inverter os papéis de agressor e agredido, configuram grave forma de revitimização institucional;

CONSIDERANDO que tais condutas violam a dignidade da pessoa humana (art.1º, III, CF/88), a igualdade (art. 5º, I), a vedação a tratamentos degradantes (art. 5º,III) e o acesso à justiça (art. 5º, XXXV), além de fragilizar a proteção de mulheres vítimas de violência (art. 226, § 8º, CF/88);

CONSIDERANDO que a Lei nº 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer) demanda ampliação normativa para criminalizar e desestimular o uso abusivo do Judiciário como forma de retaliação, em consonância com a Agenda 2030 da ONU (ODS 5 e 16) e com tratados internacionais de direitos humanos;

CONSIDERANDO que a repressão a essas práticas é essencial para assegurar processos éticos, centrados na vítima e compatíveis com os princípios constitucionais e internacionais de proteção;

PRERROGATIVA 5. Capacitação qualificada e obrigatória em violência de gênero, com foco na Justiça Militar da União:

Instituir e garantir a capacitação periódica e obrigatória de todas(os) as(os) integrantes do Sistema de Justiça e do Sistema de Segurança Pública, com atuação especializada no enfrentamento à violência contra a mulher, incluindo crimes sexuais e atos infracionais correlatos. Esta formação deverá abranger aspectos técnico- jurídicos, psicossociais, de gênero e de direitos humanos, com ênfase na compreensão do trauma, na escuta especializada e na adoção de protocolos que assegurem um atendimento humanizado e livre de revitimização. A rigor, a capacitação deverá ser direcionada à Justiça Militar da União, visando à aplicação precisa da Lei nº 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer) Justiça Restaurativa e do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em seus procedimentos e julgamentos.

CONSIDERANDO que a formação contínua e obrigatória dos agentes do Sistema de Justiça e do Sistema de Segurança Pública é imprescindível à concretização dos princípios constitucionais da dignidade humana, da proteção integral e da vedação à revitimização;

CONSIDERANDO que a ausência de preparo técnico perpétua abordagens inadequadas, preconceituosas e revitimizantes, comprometendo a efetividade da persecução penal e a confiança da vítima nas instituições;

CONSIDERANDO que a capacitação especializada, ao promover a compreensão do impacto psicossocial do trauma e a incorporação da perspectiva de gênero, assegura a correta aplicação das normas protetivas, como a Lei Mariana Ferrer, e das diretrizes do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero do CNJ;

CONSIDERANDO que a Justiça Militar da União demanda atenção específica, dada a singularidade de sua jurisdição, impondo-se a harmonização de suas práticas com a legislação civil e penal comum para garantir às vítimas tratamento digno, humano e efetivo;

PRERROGATIVA 6. Imediata revogação do termo “mulher honesta” do Código Penal Militar e demais diplomas legais:

A manutenção do termo “mulher honesta” em dispositivos do Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001/1969) e em quaisquer outros diplomas legais do ordenamento jurídico brasileiro é manifestamente inconstitucional, por violar frontalmente os princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), da igualdade de gênero (art. 5º, I), da não discriminação e da laicidade do Estado, ao estabelecer um juízo moralizante e subjetivo sobre a conduta feminina como critério para a proteção penal, em detrimento da proteção universal da integridade sexual e da liberdade individual detodas as mulheres. Impõe-se, portanto, a imediata supressão legislativa de tal expressão, em consonância com os projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional que visam a adequar a legislação penal aos parâmetros constitucionais e convencionais de direitos humanos.

CONSIDERANDO que a expressão “mulher honesta”, ainda presente no Código Penal Militar, representa resquício de moralidade patriarcal incompatível com o Estado Democrático de Direito e com os direitos fundamentais;

CONSIDERANDO que condicionar a proteção da liberdade sexual à avaliação moral da vítima cria categorias discriminatórias, atribui culpa indevida

e viola o art. 5º da Constituição Federal, que assegura igualdade, inviolabilidade da dignidade, liberdade e proteção contra discriminações;

CONSIDERANDO que a tutela penal da liberdade sexual é direito inerente a toda pessoa, independentemente de estilo de vida ou comportamento moral;

CONSIDERANDO que a supressão do termo não é mera atualização semântica, mas imperativo constitucional para erradicar violência de gênero institucionalizada e garantir a plena proteção da dignidade e autonomia sexual das mulheres;

CONSIDERANDO a urgência de apoiar os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional destinados a harmonizar o Código Penal Militar com os valores democráticos e compromissos internacionais de direitos humanos;

PRERROGATIVA 7. Responsabilização ética, administrativa e disciplinar da advocacia por práticas abusivas e revitimizadoras, à luz da Lei nº 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer) e do Estatuto da Advocacia:

Estabelecer que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) promova a fiscalização permanente e a apuração célere, eficaz e adequada, no âmbito administrativo e disciplinar, das condutas de advogadas e advogados que, no exercício profissional, violem deveres éticos ao adotar estratégias abusivas, ofensivas ou desleais, especialmente aquelas que exponham, humilhem, constringam ou, de qualquer forma, promovam a revitimização de pessoas em situação de violência, em afronta ao dever de urbanidade, à boa-fé profissional e aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana.

CONSIDERANDO que o advogado, enquanto agente indispensável à administração da justiça, deve pautar sua atuação pela dignidade, lealdade, boa-fé e absoluto respeito aos direitos humanos;

CONSIDERANDO que condutas que exponham, humilhem ou vitimam pessoas em situação de violência constituem violência institucional e utilizam o próprio sistema de justiça para agravar vulnerabilidades, comprometendo a lisura do processo;

CONSIDERANDO que tais práticas podem reproduzir dinâmicas como o DARVO, negando a violência, atacando a vítima e invertendo indevidamente os papéis de agressor e ofendido;

CONSIDERANDO que a repressão a esses comportamentos é indispensável

para proteger a vítima, preservar a ética e a nobreza da advocacia e assegurar um processo justo, humanizado e constitucionalmente adequado;

PRERROGATIVA 8. Reconhecimento, prevenção e repressão da violência digital, da perseguição cibernética em massa e da revitimização midiática, com responsabilização de plataformas digitais e veículos de comunicação:

Reconhecer a violência praticada em ambientes digitais, inclusive por meio de campanhas coordenadas de ataques, exposição indevida, assédio online e difusão massiva de conteúdos ofensivos, como forma autônoma de violência e de revitimização institucional, que demanda resposta estatal específica, imediata e eficaz, assegurando às vítimas de crimes, especialmente de natureza sexual, a proteção integral de sua imagem, honra, privacidade, dados pessoais e informações sensíveis no ambiente virtual e midiático.

CONSIDERANDO a necessidade da instituição de mecanismos céleres e efetivos para a identificação, a indisponibilização e a remoção de conteúdos ilícitos, ofensivos ou degradantes, bem como a responsabilização civil, administrativa e penal de quem os produza, divulgue, impulse ou mantenha acessíveis, incluindo a responsabilização legal e ética de plataformas digitais e de veículos de comunicação que, por ação ou omissão, contribuam para a revitimização de pessoas em situação de violência;

CONSIDERANDO a exigência de políticas claras e transparentes de moderação de conteúdo, a implementação de canais de denúncia acessíveis e eficientes, a adoção de padrões reforçados de diligência e de ética na cobertura jornalística e institucional, bem como a possibilidade de concessão de medidas protetivas de urgência nos casos de violência digital, perseguição cibernética e exposição midiática indevida da vítima.

CONSIDERANDO que a violência digital constitui extensão das violências física e psicológica, submetendo vítimas a ciclos contínuos de humilhação pública, perseguição e revitimização, em ambiente de ampla difusão, difícil controle e elevado potencial de dano;

CONSIDERANDO que o ambiente digital e midiático potencializa a propagação de conteúdos ofensivos, perpetua o trauma, amplia o alcance da violência e impõe ao Estado o dever de estruturar respostas compatíveis com a velocidade, a capilaridade e a complexidade tecnológica dos meios de comunicação contemporâneos; psicológica, submetendo vítimas a ciclos contínuos de humilhação pública, perseguição e revitimização em ambiente

de ampla difusão e difícil controle;

CONSIDERANDO que a proteção contra a violência digital, a perseguição cibernética e a exposição midiática indevida é indispensável para a salvaguarda da dignidade da pessoa humana, da intimidade, da vida privada, da honra, da imagem e da integridade psíquica das vítimas;

CONSIDERANDO que plataformas digitais e veículos de comunicação exercem papel central na circulação de informações e na formação da opinião pública, possuindo responsabilidade institucional na prevenção da revitimização, na mitigação de danos e na proteção das vítimas;

CONSIDERANDO que a ausência de responsabilização efetiva desses agentes favorece práticas sensacionalistas, a divulgação indevida de dados pessoais, a exposição degradante da vítima e a normalização de discursos revitimizadores;

CONSIDERANDO que incumbe ao sistema de justiça desenvolver mecanismos especializados, articulados e eficazes para prevenir, reprimir e reparar danos decorrentes da violência digital e midiática, assegurando ambiente informacional seguro, ético e respeitoso;

CONSIDERANDO que a presente prerrogativa harmoniza-se com os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, do acesso à justiça, da proteção integral e da vedação à revitimização, bem como com os comandos da Lei nº 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer) e com os parâmetros internacionais de direitos humanos, inclusive no que se refere à responsabilidade social da mídia e à cobertura jornalística ética e responsável.

PRERROGATIVA 9. Responsabilização pela perseguição midiática e proteção da imagem da vítima:

Assegurar a responsabilização de veículos de comunicação e agentes midiáticos que, na cobertura jornalística de casos envolvendo vítimas identificáveis, incorram em práticas sensacionalistas, distorcidas, estigmatizantes ou que exponham indevidamente a pessoa ofendida. Impõe-se a observância de padrões éticos e de diligência, vedando-se a utilização de qualificadores morais, o reforço de estereótipos ou a promoção de sua culpabilização. É expressamente vedada a veiculação de imagens, montagens e composições gráficas que associem, ainda que simbolicamente, a vítima ao agressor, ou que estabeleçam qualquer vínculo visual que amplifique violências simbólicas, humilhações ou processos de revitimização, devendo a cobertura prio-

rizar a responsabilização do agressor e a veiculação de informação estritamente factual.

CONSIDERANDO que a perseguição midiática e a exposição indevida da vítima constituem grave violação de direitos fundamentais e forma de revitimização secundária, submetendo a pessoa ofendida a julgamentos morais e transferências indevidas de culpa;

CONSIDERANDO que tais condutas afrontam a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88) e a inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem (art. 5º, X, CF/88);

CONSIDERANDO que a liberdade de imprensa, embora essencial ao regime democrático, não possui caráter absoluto, encontrando limites nos direitos da personalidade e na vedação ao abuso de direito;

CONSIDERANDO que a presente prerrogativa busca harmonizar liberdade informativa com o dever de proteção da vítima, coibindo práticas midiáticas desumanizadoras e assegurando tratamento ético, responsável e conforme compromissos internacionais e a Agenda 2030/ODS;

PRERROGATIVA 10. Treinamento técnico e ético para agentes públicos no combate à violência institucional:

Instituir programas de treinamento técnico e ético contínuo para todos os agentes públicos que, de alguma forma, interagem com vítimas de crimes, abrangendo desde o primeiro contato até o acompanhamento pós-processual. O treinamento deve focar na escuta ativa, na empatia, na compreensão do trauma, na prevenção da revitimização e na aplicação de protocolos que garantam um atendimento digno, respeitoso e livre de preconceitos..

CONSIDERANDO que a qualidade do atendimento prestado pelos agentes públicos é determinante para a experiência da vítima no sistema de justiça e na rede de apoio.

CONSIDERANDO que a ausência de preparo técnico e ético pode resultar em abordagens insensíveis, desrespeitosas ou que perpetuam o sofrimento, configurando grave violência institucional;

CONSIDERANDO que é dever do Estado assegurar que todos os profissionais envolvidos no atendimento à vítima estejam capacitados para oferecer acolhimento qualificado, digno e alinhado às diretrizes de direitos humanos;

CONSIDERANDO que o treinamento contínuo é essencial para a atualização de conhecimentos, desconstrução de vieses discriminatórios e prevenção de práticas revitimizadoras;

CONSIDERANDO que tais medidas se harmonizam com a legislação protetiva, especialmente a Lei nº 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer), reforçando a necessidade de atuação estatal sensível, humanizada e livre de estereótipos de gênero.

PRERROGATIVA 11. Implementação da nova legislação italiana no Brasil ‘Lei do Consentimento’:

Adotar, como parâmetro interpretativo e normativo fundamental para a configuração de crimes contra a liberdade sexual, o princípio de que qualquer ato de natureza sexual é ilícito quando desprovido de consentimento livre, informado, específico, prévio e revogável. O consentimento não poderá ser presumido pelo silêncio, pela ausência de reação, pela passividade ou por qualquer estado de vulnerabilidade da vítima, deslocando-se o ônus da prova da resistência para a responsabilidade ativa do agente em assegurar a manifestação inequívoca vontade.

CONSIDERANDO que a adequação do sistema de justiça criminal aos padrões internacionais mais avançados de proteção à liberdade e integridade sexual requer a superação de lacunas interpretativas presentes na legislação penal;

CONSIDERANDO que a centralidade da violência ou grave ameaça no art. 213 do Código Penal, sem adequada ponderação sobre a ausência de consentimento, tem permitido a desqualificação de casos em que a vítima não manifesta resistência ativa devido a paralisia tônica, dissociação, medo insuperável ou outras vulnerabilidades;

CONSIDERANDO que instrumentos internacionais, como a Convenção de Istambul e a Convenção de Belém do Pará, adotam o paradigma de que “somente o sim é sim”, reconhecendo o consentimento como elemento nuclear para a licitude do ato sexual;

CONSIDERANDO que essa diretriz corrige distorções históricas, previne culpabilização da vítima, reforça sua autonomia sexual e promove julgamento ético, justo e sensível ao trauma;

CONSIDERANDO que a adoção desse paradigma atende aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), da vedação a

tratamentos degradantes (art. 5º, III) e da proteção integral (art. 227), além da Agenda 2030 da ONU (ODS 5 e 16);

CONSIDERANDO que deslocar o foco da conduta da vítima para a responsabilidade ativa do agressor fortalece a proteção integral e qualifica a resposta estatal.

PRERROGATIVA 12. Transferência e reclassificação do crime de estupro:

Promover a transferência do crime de estupro do “Título VI - Dos Crimes Contra a Dignidade Sexual” para o “Título I - Dos Crimes Contra a Pessoa”, com a subsequente criação do “Capítulo II-A - Dos Crimes Contra a Integridade Física, Psicológica e Sexual” dentro deste título, para melhor alocação delitiva e para adequar a estrutura do Código Penal à real gravidade do delito e dos impactos da violência sexual.

CONSIDERANDO que a violência sexual constitui agressão direta ao âmago da dignidade humana, atingindo simultaneamente a integridade física, psíquica e moral da vítima;

CONSIDERANDO que a atual classificação do estupro no Código Penal não reflete integralmente sua gravidade multidimensional, contribuindo para percepções equivocadas e respostas estatais insuficientes;

CONSIDERANDO que a reclassificação do estupro como crime contra a pessoa confere coerência sistemática ao ordenamento jurídico e fortalece a proteção das vítimas;

CONSIDERANDO que tal medida representa compromisso com a centralidade da dignidade humana e com a priorização da segurança e integridade da pessoa ofendida.

CONSIDERANDO que a adequada classificação sistemática dos tipos penais constitui instrumento de concretização do devido processo legal substancial (art. 5º, LIV, da Constituição Federal), da proteção judicial efetiva e da racionalidade da persecução penal, influenciando diretamente a interpretação judicial, a valoração da prova, a definição de políticas de persecução e a própria centralidade da vítima no processo penal, de modo que a reclassificação do crime de estupro como crime contra a pessoa contribui para alinhar a estrutura normativa do Código Penal aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), da proteção integral e da vedação à revitimização, assegurando tratamento processual compatível

com a natureza da ofensa à integridade física, psíquica e sexual da vítima.

PRERROGATIVA 13. Garantia de continuidade educacional e administrativa para vítimas em situação de abalo psicossocial em decorrência da violência sofrida:

Instituir previsão normativa legal que assegure à vítima, mediante comprovação por laudo psiquiátrico e relatório psicológico que ateste diagnóstico de síndrome do pânico, estresse pós-traumático, depressão, fobia social, ansiedade generalizada ou outro sofrimento físico ou mental impeditivo de contato social, o direito de requerer a realização de atividades educacionais em formato remoto e a concessão de atendimento administrativo diferenciado, enquanto perdurar o quadro clínico.

CONSIDERANDO que a proteção integral da vítima de violência sexual exige a garantia de seus direitos fundamentais à educação, ao trabalho e à dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, e art. 6º, CF/88);

CONSIDERANDO que traumas decorrentes da violência podem inviabilizar a presença física em ambientes educacionais ou administrativos, acarretando interrupções indevidas à trajetória de vida e perpetuando vulnerabilidades;

CONSIDERANDO que o acesso a formatos remotos e a adaptações administrativas contribui para promover autonomia, continuidade dos estudos e resiliência da vítima;

CONSIDERANDO que a medida está alinhada à Agenda 2030 da ONU (ODS 4 e 5) e à Convenção de Belém do Pará, visando eliminar barreiras que impeçam o pleno desenvolvimento da pessoa;

CONSIDERANDO que a efetivação dessas garantias assegura que a violência sofrida não se torne fator de exclusão ou ruptura dos projetos de vida da vítima.

PRERROGATIVA 14. Reconhecimento da equiparação da condição de pessoa com deficiência para vítimas de violência sexual e garantia de direitos:

Instituir previsão normativa que possibilite o enquadramento da vítima de

crime sexual na condição de pessoa com deficiência, desde que, em avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, seja reconhecido impedimento de longo prazo (mínimo de 2 anos) de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com barreiras sociais, possa obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições. Tal reconhecimento garantirá o acesso a direitos e benefícios inerentes a essa condição, incluindo a realização de atividades educacionais em formato remoto enquanto perdurar o sofrimento que impeça o contato físico, e o direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) para aqueles que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

CONSIDERANDO que a violência sexual pode gerar sequelas físicas, mentais, intelectuais ou sensoriais que, ao interagirem com barreiras sociais, configuram impedimentos de longo prazo nos termos da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015);

CONSIDERANDO que tais impedimentos podem justificar a inclusão da vítima no conceito de pessoa com deficiência, garantindo-lhe proteção ampliada e acesso a políticas de suporte;

CONSIDERANDO que o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na LOAS (Lei nº 8.742/93), é essencial para vítimas que comprovem hipossuficiência, assegurando sua subsistência e preservando sua dignidade;

CONSIDERANDO que a avaliação biopsicossocial prevista na LBI permite análise individualizada e humanizada da situação da vítima;

CONSIDERANDO que a medida está em consonância com a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com status constitucional, impondo ao Estado o dever de promover inclusão e igualdade de condições.

PRERROGATIVA 15. Efetivação integrada do Estatuto da Vítima:

Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, em colaboração institucional com o Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil e órgãos de assistência e proteção social, devem assegurar a implementação coordenada, contínua e prioritária das políticas públicas previstas no Estatuto da Vítima (PL n.º 3.890/2020), garantindo a plena tute-

la dos direitos das vítimas de crimes, atos infracionais, calamidades e desastres, conforme os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, proteção integral, acesso à justiça e vedação à revitimização, conforme tipificada pela Lei Mariana Ferrer (14.245/21).

CONSIDERANDO que a inexistência de políticas públicas articuladas e a fragmentação institucional impedem a concretização dos direitos assegurados às vítimas, convertendo previsões legais em direitos apenas formais;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Vítima constitui marco estruturante de proteção integral, alinhado aos arts. 1º, III, e 5º da Constituição, bem como a legislações como a Lei Maria da Penha, Lei Mariana Ferrer e Lei da Escuta Especializada;

CONSIDERANDO que cabe ao Estado implementar políticas transversais, contínuas e cooperadas para garantir informação adequada, acolhimento psicossocial, participação processual efetiva e eliminação da revitimização;

CONSIDERANDO que a aprovação e plena execução do Estatuto da Vítima são medidas urgentes para transformar garantias normativas em instrumentos reais e operativos de tutela dos direitos fundamentais.

Documento assinado digitalmente



MARIANA BORGES FERRER FERREIRA

Data: 13/02/2026 17:12:18-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARIANA BORGES FERRER FERREIRA

Presidente do Fórum Internacional de Direito das Vítimas (INTERVID)

Coordenadora da Carta de Prerrogativas para as Vítimas

Charter of prerogatives for victims (2025)

This Charter brings together prerogatives structured in guideline format, elaborated by the International **Forum on Victims' Rights**, within the Working Group established by the **Nexo Governamental**, an extension project linked to the **University of São Paulo — USP**. Said prerogatives were unanimously approved at the Deliberative Session of the Executive Commission, held on November 27, 2025, at the **Brazilian Bar Association — Federal District Chapter**, and will be adopted by national and international bodies through the conclusion of technical cooperation agreements and/or other equivalent instruments, ensuring their adequate implementation and enforcement, in compliance with the competences and institutional capacities of each participating entity.

Presidency. MARIANA BORGES FERRER FERREIRA
Patron. MARIA DA PENHA FERNANDES

APOIO
INSTITUCIONAL



Executive Commission. ADALGIZA AGUIAR (MPDFT), AMINI HADDAD CAMPOS (STM), ANA CAROLINA DE FREITAS OSÓRIO (PRÓ-VÍTIMA), ANA ELISA BECHARA (USP), ANA TEREZA GIACOMINI (MPMG), BEATRIZ CANEDO (IDP), CAIO NUNES DE BARROS (TJAL), CAMILA RUFATO DUARTE (DIREITO.DELA), CAROLINA SAMPAIO VALÕES (TJAL), CATHARINA ORBAGE DE BRITTO TAQUARY BERINO (FPMB), CELESTE LEITE DOS SANTOS (MPSP), CLARISSA NEPOMUCENO SOARES (ADVOCACIA), CRISTINA LOPES AFONSO (ALEGO), DELZIRA BALDOIDO (MPMG), ELIANE AUGUSTA DE MENEZES ACIOLY (TJAL), ENEIDA ORBAGE DE BRITTO TAQUARY (FPMB), FÁBIO PORTA (CONGRESSO ITALIANO), GISELE FERREIRA (GDF), GUILHERME FELICIANO (CNJ), GUSTAVO CHALFUN (OAB-MG), IONE MARIA MOREIRA DIAS BARBOSA (CONGRESSO NACIONAL), IRANY VIDIGAL POUHEL (ARTISTA PLÁSTICA), IVANA FARINA NAVARRETE PENA (MPGO), JAQUELINE FERREIRA GONTIJO (MPDFT), JARBAS SOARES JÚNIOR (MPMG), KÁTIA HERMINIA RONCADA (TRF3), LUCIANA TRINDADE (PSB), LUCIANE GOMES (CNJ), MANOEL JORGE E SILVA (MPT), MÁRCIO BARBOSA MAIA (TRF1), MARCIA ANTUNES (PGE), MARIA BERENICE DIAS (IBDFAM), MARIA HELENA MALLMANN (TST), MARIA JÚLIA POLETINE ADVINCULA (OBSERVÁTORIO.GICS), MARTA LÍVIA SUPPLY (VIRADA.FEMININA), MELINA GIRARDI FACHIN (UFPR), MORGANA DE ALMEIDA RICHÁ (TST), NATHÁLYA OLIVEIRA ANANIAS (ADVOCACIA), NILDETE SANTANA DE OLIVEIRA (OAB-DF), RAFAELA RIBEIRO MITRE (DFP-DF), REGILENE SIQUEIRA (PCDFT), VIVIAN CRISTIANE EISENBERG DE ALMEIDA (TJPR).

Organizing Commission. Students of NEXO GOVERNAMENTAL — USP: GABRIELLE SANTANA HELLINGER, GABRIELLY DELL ISOLA NEPOMUCENO, GISELA DE JESUS DOS SANTOS, ISABELLE FREITAS, JONATA MATHEUS DE SOUZA SIQUEIRA MALAQUIAS, LANNA NICELY MATIAS PERALTA, LOUISE LETICIA WANZELER, LUIS FERNANDO DE JESUS RIBEIRO, LUIZA MARIA JANUARIO, SILVIA NOGUEIRA, SOPHIA MORKS.

THE PREROGATIVES

PREROGATIVE 1. Specialized Courts and Prosecutors' Offices for Extrafamilial Sexual Crimes:

To establish specialized courts and prosecutors' offices for the processing and adjudication of crimes against sexual dignity committed outside the classification of domestic and family violence. Until such specialized courts and prosecutors' offices are established, those already in existence must have multidisciplinary technical teams, periodically trained in sexual violence, to ensure humanized and qualified care, preserving the physical, psychological, moral, and emotional integrity of victims, in compliance with technical action protocols to prohibit institutional violence, as provided by the Mariana Ferrer Law and the understanding of ADPF 1.107.

CONSIDERING that Law No. 14,245/2021 (Mariana Ferrer Law) established binding normative parameters for the protection of victim dignity, prohibiting vexatious, embarrassing, moral-disqualifying, guilt-assigning practices and any other forms of institutional violence, requiring justice system bodies to act through professionals duly trained to understand the neurobiological, psychological, and behavioral dynamics of trauma resulting from sexual violence;

CONSIDERING that specialization avoids typification errors arising from normative confusion, particularly the inadequate classification of extrafamilial sexual crimes as situations involving domestic, affective, or family relationships – elements frequently absent and which compromise the correct application of criminal and procedural law;

CONSIDERING that ordinary courts generally lack the procedural continuity, adequate time, specific training, sensitivity to deconstruct gender stereotypes, and the interdisciplinary coordination needed to properly handle sexual violence cases;

CONSIDERING that specialized courts ensure the systematic application of protected and humanized hearing protocols, the understanding of phenomena such as traumatic freezing, dissociation, and post-traumatic stress, as well as ongoing coordination with the psychosocial protection network, thereby preserving the victim's emotional and psychological integrity and avoiding multiple hearings;

CONSIDERING that specialization guarantees universal, accessible, and inclusive care, encompassing victims with disabilities, persons in vulnerable situations, foreign victims, or those with linguistic and cultural barriers;

CONSIDERING that such a measure is in conformity with Brazil's international commitments on the protection of sexual violence victims and with the constitutional principles of human dignity, integral protection, gender equality, access to justice, and prohibition of re-victimization;

PREROGATIVE 2. Urgent Protective Measures for Victims Outside the Domestic and Family Context:

To include in Law No. 14,245/2021 (Mariana Ferrer Law) a provision expressly establishing the possibility of granting urgent protective measures to victims of sexual crimes and offenses committed outside the context of domestic and family violence. Such a provision must ensure immediate and adequate protection to the victim, including when the perpetrator has no affective, family, or domestic relationship with the victim, whenever there is a real threat, without the need to prove a prior relationship.

CONSIDERING that the provision for urgent protective measures in the Mariana Ferrer Law constitutes an essential instrument to ensure immediate protection for victims of sexual crimes committed outside the domestic and family sphere;

CONSIDERING that the Mariana Ferrer case revealed serious gaps in access to such measures, especially because the victim, having been drugged and having lost memory of the event, was unable to identify the perpetrator, making it impossible to apply the Maria da Penha Law and, consequently, to access the protective measures under existing legislation;

CONSIDERING that in such situations, identification of the perpetrator depends solely on technical, expert, and documentary investigation, reinforcing the need for protective mechanisms that are independent of the existence of a family, domestic, or affective relationship;

CONSIDERING that granting protective measures without presupposing a relationship between victim and perpetrator is indispensable to avoid improper classifications, prevent institutional re-victimization, and ensure respect for the legal and psychosocial specificities of extrafamilial sexual crime victims;

CONSIDERING that the creation of specific protective measures for extra-

familial sexual offenses responds to the distinct nature of these crimes, ensuring legal certainty, strengthening preventive state action, and promoting effective care and protection for survivors;

PREROGATIVE 3. Specialized Training and Multidisciplinary Structure in Sexual Violence:

To guarantee the continuous and mandatory training of members of the justice and public safety system, with emphasis on specialized technical-legal and psychosocial training for sexual crimes and analogous offenses, as well as establishing appropriate institutional structures and qualified multidisciplinary teams, in compliance with constitutional principles of human dignity, integral protection, absolute priority, and prohibition of re-victimization (Mariana Ferrer Law), ensuring humanized and effective care.

CONSIDERING that continuous professional qualification, grounded in arts. 1, III, and 227 of the Federal Constitution, is an indispensable instrument to mitigate re-victimizations, combat institutional stereotypes, and ensure swift, sensitive, and appropriate procedures for vulnerable victims;

CONSIDERING that specialized training and the implementation of multidisciplinary teams align institutional action with international human rights standards and Brazil's commitments under the UN 2030 Agenda;

CONSIDERING that such measures give concrete effect to the state's duty to protect the physical, psychological, and moral integrity of victims and reinforce effective access to justice, preventing re-victimizing practices and guaranteeing humanized and non-discriminatory care;

PREROGATIVE 4. Prohibition and Criminalization of Procedural Violence and Offensive DARVO Tactics:

To establish normative mechanisms to identify, prevent, and expressly prohibit procedural violence – including the DARVO practice (acronym for Deny, Attack, Reverse Victim and Offender) – in judicial or extrajudicial settings. Such conduct, aimed at intimidating, humiliating, embarrassing, or re-victimizing the victim through their private life, behavior, or stereotypes, shall be subject to civil, administrative, disciplinary, and criminal liability of the agents involved, with specific sanctions, without prejudice to existing criminal offenses.

CONSIDERING that procedural violence and practices such as DARVO

(Deny, Attack, Reverse Victim and Offender), by weaponizing the justice system to deny facts, attack the victim, and reverse the roles of perpetrator and victim, constitute a serious form of institutional re-victimization;

CONSIDERING that such conduct violates human dignity (art. 1, III, CF/88), equality (art. 5, I), the prohibition against degrading treatment (art. 5, III), and access to justice (art. 5, XXXV), in addition to weakening the protection of women victims of violence (art. 226, §8, CF/88);

CONSIDERING that Law No. 14,245/2021 (Mariana Ferrer Law) requires normative expansion to criminalize and discourage the abusive use of the judiciary as a form of retaliation, in line with the UN 2030 Agenda (SDGs 5 and 16) and international human rights treaties;

CONSIDERING that the repression of such practices is essential to ensure ethical proceedings centered on the victim and compatible with constitutional and international protection principles;

PREROGATIVE 5. Qualified and Mandatory Training in Gender-Based Violence, with Focus on the Union Military Justice:

To establish and guarantee periodic and mandatory training for all members of the Justice System and the Public Safety System, with specialized work in combating violence against women, including sexual crimes and related offenses. This training must cover technical-legal, psychosocial, gender, and human rights aspects, with emphasis on understanding trauma, specialized listening, and the adoption of protocols to ensure humanized and re-victimization-free care. In particular, training must be directed to the Union Military Justice, aiming at the precise application of Law No. 14,245/2021 (Mariana Ferrer Law), Restorative Justice, and the CNJ Protocol for Judgments with a Gender Perspective in its proceedings and judgments.

CONSIDERING that the continuous and mandatory training of agents of the Justice System and the Public Safety System is essential to the realization of the constitutional principles of human dignity, integral protection, and prohibition of re-victimization;

CONSIDERING that the lack of technical preparation perpetuates inadequate, prejudiced, and re-victimizing approaches, compromising the effectiveness of criminal prosecution and the victim's trust in institutions;

CONSIDERING that specialized training, by promoting understanding of the psychosocial impact of trauma and incorporating the gender perspective, ensures correct application of protective norms, such as the Mariana Ferrer Law, and of the CNJ Gender Perspective Judgment Protocol guidelines;

CONSIDERING that the Union Military Justice requires specific attention, given the uniqueness of its jurisdiction, making it necessary to harmonize its practices with common civil and criminal law to guarantee victims dignified, humane, and effective treatment;

PREROGATIVE 6. Immediate Revocation of the Term “Honest Woman” from the Military Penal Code and Other Legal Instruments:

The maintenance of the term “honest woman” in provisions of the Military Penal Code (Decree-Law No. 1,001/1969) and in any other legal instruments of the Brazilian legal system is manifestly unconstitutional, as it frontally violates the principles of human dignity (art. 1, III), gender equality (art. 5, I), non-discrimination, and state secularism, by establishing a moralizing and subjective judgment about female conduct as a criterion for criminal protection, to the detriment of universal protection of all women’s sexual integrity and individual freedom. It is therefore imperative that such expression be immediately suppressed through legislation, in line with the bills currently under consideration in the National Congress that aim to bring criminal legislation into conformity with constitutional and conventional human rights standards.

CONSIDERING that the expression “honest woman”, still present in the Military Penal Code, represents a vestige of patriarchal morality incompatible with the Democratic Rule of Law and fundamental rights;

CONSIDERING that conditioning criminal protection of sexual freedom to a moral assessment of the victim creates discriminatory categories, assigns undue blame, and violates art. 5 of the Federal Constitution, which guarantees equality, inviolability of dignity, freedom, and protection against discrimination;

CONSIDERING that criminal protection of sexual freedom is an inherent right of every person, regardless of lifestyle or moral conduct;

CONSIDERING that the suppression of the term is not merely a semantic update, but a constitutional imperative to eradicate institutionalized gender

violence and ensure the full protection of women's dignity and sexual autonomy;

CONSIDERING the urgency of supporting the bills currently in progress in the National Congress aimed at harmonizing the Military Penal Code with democratic values and international human rights commitments;

PREROGATIVE 7. Ethical, Administrative, and Disciplinary Accountability of Legal Counsel for Abusive and Re-Victimizing Practices, in light of Law No. 14,245/2021 (Mariana Ferrer Law) and the Statute of the Bar:

To establish that the Brazilian Bar Association (OAB) shall promote permanent oversight and prompt, effective, and appropriate administrative and disciplinary investigation of conduct by attorneys who, in the exercise of their profession, violate ethical duties by adopting abusive, offensive, or disloyal strategies, especially those that expose, humiliate, embarrass, or in any way promote the re-victimization of persons in situations of violence, in violation of the duty of decorum, professional good faith, and constitutional principles of human dignity.

CONSIDERING that attorneys, as indispensable agents in the administration of justice, must guide their conduct by dignity, loyalty, good faith, and absolute respect for human rights;

CONSIDERING that conduct that exposes, humiliates, or victimizes persons in situations of violence constitutes institutional violence and uses the justice system itself to aggravate vulnerabilities, compromising the integrity of the proceedings;

CONSIDERING that such practices may reproduce DARVO dynamics, denying the violence, attacking the victim, and improperly reversing the roles of perpetrator and victim;

CONSIDERING that the repression of such behaviors is indispensable to protect the victim, preserve the ethics and nobility of the legal profession, and ensure a fair, humanized, and constitutionally adequate process;

PREROGATIVE 8. Recognition, Prevention, and Repression of Digital Violence, Mass Cyber-Stalking, and Media Re-Victimization, with Accountability of Digital Platforms and Media Outlets:

To recognize violence perpetrated in digital environments, including through coordinated campaigns of attacks, undue exposure, online harassment, and mass dissemination of offensive content, as an autonomous form of violence and institutional re-victimization, requiring a specific, immediate, and effective state response, guaranteeing victims of crimes – particularly sexual in nature – the full protection of their image, honor, privacy, personal data, and sensitive information in the virtual and media environment.

CONSIDERING the need to establish swift and effective mechanisms for the identification, unavailability, and removal of illicit, offensive, or degrading content, as well as civil, administrative, and criminal accountability for those who produce, disseminate, boost, or maintain such content accessible, including the legal and ethical accountability of digital platforms and media outlets that, by action or omission, contribute to the re-victimization of persons in situations of violence;

CONSIDERING the requirement for clear and transparent content moderation policies, the implementation of accessible and efficient reporting channels, the adoption of enhanced due diligence and ethical standards in journalistic and institutional coverage, as well as the possibility of granting urgent protective measures in cases of digital violence, cyber-stalking, and undue media exposure of the victim;

CONSIDERING that digital violence constitutes an extension of physical and psychological violence, subjecting victims to continuous cycles of public humiliation, persecution, and re-victimization in an environment of wide dissemination, difficult control, and high damage potential;

CONSIDERING that the digital and media environment amplifies the spread of offensive content, perpetuates trauma, expands the reach of violence, and imposes on the state the duty to structure responses compatible with the speed, pervasiveness, and technological complexity of contemporary media;

CONSIDERING that protection against digital violence, cyber-stalking, and undue media exposure is indispensable for safeguarding human dignity, privacy, personal life, honor, image, and the psychological integrity of victims;

CONSIDERING that digital platforms and media outlets play a central role in the circulation of information and in shaping public opinion, bearing institutional responsibility for preventing re-victimization, mitigating damages, and protecting victims;

CONSIDERING that the absence of effective accountability of these agents favors sensationalist practices, the improper disclosure of personal data, the degrading exposure of the victim, and the normalization of re-victimizing discourse;

CONSIDERING that it falls to the justice system to develop specialized, coordinated, and effective mechanisms to prevent, repress, and remedy damages arising from digital and media violence, ensuring a safe, ethical, and respectful informational environment;

CONSIDERING that this prerogative is in harmony with constitutional principles of human dignity, access to justice, integral protection, and prohibition of re-victimization, as well as with the commands of Law No. 14,245/2021 (Mariana Ferrer Law) and international human rights standards, including media's social responsibility and ethical and responsible journalistic coverage;

PREROGATIVE 9. Accountability for Media Persecution and Protection of the Victim's Image:

To ensure accountability for media outlets and media agents that, in journalistic coverage of cases involving identifiable victims, engage in sensationalist, distorted, stigmatizing practices, or that unduly expose the victim. The observance of ethical and due diligence standards is required, prohibiting the use of moral qualifiers, the reinforcement of stereotypes, or the promotion of victim-blaming. The publication of images, montages, and graphic compositions that associate, even symbolically, the victim with the perpetrator, or that establish any visual link that amplifies symbolic violence, humiliation, or re-victimization processes is expressly prohibited; coverage must prioritize the accountability of the perpetrator and the dissemination of strictly factual information.

CONSIDERING that media persecution and the undue exposure of the victim constitute a serious violation of fundamental rights and a form of secondary re-victimization, subjecting the victim to moral judgments and improper transfers of blame;

CONSIDERING that such conduct violates human dignity (art. 1, III, CF/88) and the inviolability of privacy, private life, honor, and image (art. 5, X, CF/88);

CONSIDERING that press freedom, though essential to the democratic regime, is not absolute, finding limits in personal rights and the prohibition of abuse of rights;

CONSIDERING that this prerogative seeks to harmonize freedom of information with the duty to protect the victim, curbing dehumanizing media practices and ensuring ethical, responsible treatment in conformity with international commitments and the 2030 Agenda/SDGs;

PREROGATIVE 10. Technical and Ethical Training for Public Agents in the Fight Against Institutional Violence:

To establish programs of continuous technical and ethical training for all public agents who, in any way, interact with crime victims, ranging from first contact to post-procedural follow-up. Training must focus on active listening, empathy, understanding of trauma, prevention of re-victimization, and the application of protocols that guarantee dignified, respectful, and prejudice-free care.

CONSIDERING that the quality of care provided by public agents is determinant for the victim's experience within the justice system and support network;

CONSIDERING that the absence of technical and ethical preparation can result in insensitive, disrespectful approaches that perpetuate suffering, constituting serious institutional violence;

CONSIDERING that it is the state's duty to ensure that all professionals involved in victim care are qualified to offer qualified, dignified, and human-rights-aligned support;

CONSIDERING that continuous training is essential for updating knowledge, deconstructing discriminatory biases, and preventing re-victimizing practices;

CONSIDERING that such measures align with protective legislation, especially Law No. 14,245/2021 (Mariana Ferrer Law), reinforcing the need for sensitive, humanized, and gender-stereotype-free state action;

PREROGATIVE 11. Implementation of the New Italian ‘Consent Law’ Legislation in Brazil:

To adopt, as a fundamental interpretive and normative parameter for the configuration of crimes against sexual freedom, the principle that any act of a sexual nature is unlawful when devoid of free, informed, specific, prior, and revocable consent. Consent may not be presumed from silence, the absence of reaction, passivity, or any state of vulnerability of the victim, shifting the burden of proof of resistance to the active responsibility of the agent to ensure the unequivocal expression of will.

CONSIDERING that adapting the criminal justice system to the most advanced international standards for the protection of sexual freedom and integrity requires overcoming interpretive gaps in criminal legislation;

CONSIDERING that the centrality of violence or serious threat in art. 213 of the Penal Code, without adequate consideration of the absence of consent, has allowed the disqualification of cases in which the victim does not manifest active resistance due to tonic paralysis, dissociation, insurmountable fear, or other vulnerabilities;

CONSIDERING that international instruments, such as the Istanbul Convention and the Convention of Belém do Pará, adopt the paradigm that “only yes means yes”, recognizing consent as the central element for the lawfulness of the sexual act;

CONSIDERING that this guideline corrects historical distortions, prevents victim-blaming, reinforces sexual autonomy, and promotes ethical, fair, and trauma-sensitive judgment;

CONSIDERING that the adoption of this paradigm meets the constitutional principles of human dignity (art. 1, III), the prohibition of degrading treatment (art. 5, III), and integral protection (art. 227), as well as the UN 2030 Agenda (SDGs 5 and 16);

CONSIDERING that shifting the focus from the victim’s conduct to the perpetrator’s active responsibility strengthens integral protection and qualifies the state’s response;

PREROGATIVE 12. Transfer and Reclassification of the Crime of Rape:

To promote the transfer of the crime of rape from “Title VI — Crimes Against Sexual Dignity” to “Title I — Crimes Against the Person”, with the subsequent creation of “Chapter II-A — Crimes Against Physical, Psychological, and Sexual Integrity” within this title, for better allocation of the offense and to adapt the structure of the Penal Code to the actual gravity of the crime and the impacts of sexual violence.

CONSIDERING that sexual violence constitutes a direct assault on the core of human dignity, simultaneously affecting the physical, psychological, and moral integrity of the victim;

CONSIDERING that the current classification of rape in the Penal Code does not fully reflect its multidimensional gravity, contributing to mistaken perceptions and insufficient state responses;

CONSIDERING that reclassifying rape as a crime against the person confers systematic coherence to the legal order and strengthens the protection of victims;

CONSIDERING that such a measure represents a commitment to the centrality of human dignity and to the prioritization of the victim’s safety and integrity;

CONSIDERING that the adequate systematic classification of criminal offenses constitutes an instrument for realizing substantive due process (art. 5, LIV, of the Federal Constitution), effective judicial protection, and the rationality of criminal prosecution, directly influencing judicial interpretation, evidence assessment, the definition of prosecution policies, and the very centrality of the victim in criminal proceedings, so that reclassifying the crime of rape as a crime against the person contributes to aligning the normative structure of the Penal Code with the constitutional principles of human dignity (art. 1, III), integral protection, and the prohibition of re-victimization, ensuring procedural treatment compatible with the nature of the offense to the victim’s physical, psychological, and sexual integrity;

PREROGATIVE 13. Guarantee of Educational and Administrative Continuity for Victims in a Situation of Psychosocial Distress Resulting from Suffered Violence:

To establish a legal normative provision ensuring that the victim, upon presentation of a psychiatric report and psychological assessment attesting to a diagnosis of panic syndrome, post-traumatic stress, depression, social phobia, generalized anxiety, or other physical or mental suffering that prevents social contact, has the right to request the performance of educational activities in remote format and the granting of differentiated administrative service, for as long as the clinical condition persists.

CONSIDERING that the full protection of sexual violence victims requires the guarantee of their fundamental rights to education, work, and human dignity (art. 1, III, and art. 6, CF/88);

CONSIDERING that trauma resulting from violence may render physical presence in educational or administrative environments impossible, causing undue interruptions to life trajectories and perpetuating vulnerabilities;

CONSIDERING that access to remote formats and administrative adaptations contributes to promoting autonomy, continuity of studies, and resilience of the victim;

CONSIDERING that the measure is aligned with the UN 2030 Agenda (SDGs 4 and 5) and the Convention of Belém do Pará, aiming to eliminate barriers that prevent the full development of the person;

CONSIDERING that the realization of these guarantees ensures that the violence suffered does not become a factor of exclusion or rupture of the victim's life projects;

PREROGATIVE 14. Recognition of Equivalence to the Status of Person with a Disability for Victims of Sexual Violence and Guarantee of Rights:

To establish a normative provision that enables the classification of a sexual crime victim as a person with a disability, provided that, in a biopsychosocial assessment conducted by a multiprofessional and interdisciplinary team, a long-term (minimum 2 years) physical, mental, intellectual, or sensory impairment is recognized, which, in interaction with social barriers, may obstruct full and effective participation in society on an equal basis.

Such recognition will guarantee access to rights and benefits inherent to this condition, including the performance of educational activities in remote format while the suffering that prevents physical contact persists, and the right to the Continuing Social Benefit (BPC) for those who demonstrate no means of providing for their own maintenance or having it provided by their family.

CONSIDERING that sexual violence can generate physical, mental, intellectual, or sensory sequelae that, when interacting with social barriers, constitute long-term impediments in the terms of the Brazilian Inclusion Law (Law No. 13,146/2015);

CONSIDERING that such impediments may justify the inclusion of the victim in the concept of a person with a disability, granting them expanded protection and access to support policies;

CONSIDERING that access to the Continuing Social Benefit (BPC), provided for in the LOAS (Law No. 8,742/93), is essential for victims who demonstrate economic vulnerability, ensuring their subsistence and preserving their dignity;

CONSIDERING that the biopsychosocial assessment provided for in the BIL (Brazilian Inclusion Law) allows for individualized and humanized analysis of the victim's situation;

CONSIDERING that the measure is consistent with the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities, which has constitutional status, imposing on the state the duty to promote inclusion and equality of conditions;

PREROGATIVE 15. Integrated Implementation of the Victims' Statute:

The Legislative, Executive, and Judicial Branches, in institutional collaboration with the Public Prosecutor's Office, Public Defender's Office, Brazilian Bar Association, and social assistance and protection bodies, must ensure the coordinated, continuous, and priority implementation of the public policies provided for in the Victims' Statute (Bill No. 3,890/2020), guaranteeing full protection of the rights of victims of crimes, offenses, calamities, and disasters, in accordance with the constitutional principles of human dignity, integral protection, access to justice, and prohibition of re-victimization, as typified by the Mariana Ferrer Law (14,245/21).


CONSIDERING that the lack of coordinated public policies and institutional fragmentation prevent the realization of rights guaranteed to victims, con-

verting legal provisions into merely formal rights;

CONSIDERING that the Victims' Statute constitutes a structural framework for integral protection, aligned with arts. 1, III, and 5 of the Constitution, as well as with legislation such as the Maria da Penha Law, Mariana Ferrer Law, and Specialized Listening Law;

CONSIDERING that it falls to the state to implement transversal, continuous, and cooperative policies to guarantee adequate information, psychosocial care, effective procedural participation, and the elimination of re-victimization;

CONSIDERING that the approval and full implementation of the Victims' Statute are urgent measures to transform normative guarantees into real and operative instruments for the protection of fundamental rights;

Documento assinado digitalmente
 **MARIANA BORGES FERRER FERREIRA**
Data: 13/02/2026 17:12:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARIANA BORGES FERRER FERREIRA

President of the International Forum on Victims' Rights (INTERVID)
Coordinator of the Charter of Prerogatives for Victims

Carta de prerrogativas para las víctimas (2025)

La presente Carta reúne prerrogativas estructuradas en formato de directrices, elaboradas por el **Foro Internacional de Derecho de las Víctimas**, en el ámbito del Grupo de Trabajo instituido por el **Nexo Governamental**, proyecto de extensión vinculado a la **Universidad de São Paulo — USP**. Dichas prerrogativas fueron aprobadas por unanimidad en Sesión Deliberativa de la Comisión Ejecutiva, celebrada el 27 de noviembre de 2025, en el **Colegio de Abogados del Brasil — Sección Distrito Federal**, y serán adoptadas por órganos nacionales e internacionales mediante la celebración de acuerdos de cooperación técnica y/u otros instrumentos equivalentes, garantizando su adecuada implementación y efectividad, observadas las competencias y capacidades institucionales de cada ente participante.

Presidencia. MARIANA BORGES FERRER FERREIRA
Patrona. MARIA DA PENHA FERNANDES

APOIO
INSTITUCIONAL



Comisión Ejecutiva. ADALGIZA AGUIAR (MPDFT), AMINI HADDAD CAMPOS (STM), ANA CAROLINA DE FREITAS OSÓRIO (PRÓ-VÍTIMA), ANA ELISA BECHARA (USP), ANA TEREZA GIACOMINI (MPMG), BEATRIZ CANEDO (IDP), CAIO NUNES DE BARROS (TJAL), CAMILA RUFATO DUARTE (DIREITO.DELA), CAROLINA SAMPAIO VALÕES (TJAL), CATHARINA ORBAGE DE BRITTO TAQUARY BERINO (FPMB), CELESTE LEITE DOS SANTOS (MPSP), CLARISSA NEPOMUCENO SOARES (ADVOCACIA), CRISTINA LOPES AFONSO (ALEGO), DELZIRA BALDOIDO (MPMG), ELIANE AUGUSTA DE MENEZES ACIOLY (TJAL), ENEIDA ORBAGE DE BRITTO TAQUARY (FPMB), FÁBIO PORTA (CONGRESSO ITALIANO), GISELE FERREIRA (GDF), GUILHERME FELICIANO (CNJ), GUSTAVO CHALFUN (OAB-MG), IONE MARIA MOREIRA DIAS BARBOSA (CONGRESSO NACIONAL), IRANY VIDIGAL POUHEL (ARTISTA PLÁSTICA), IVANA FARINA NAVARRETE PENA (MPGO), JAQUELINE FERREIRA GONTIJO (MPDFT), JARBAS SOARES JÚNIOR (MPMG), KÁTIA HERMINIA RONCADA (TRF3), LUCIANA TRINDADE (PSB), LUCIANE GOMES (CNJ), MANOEL JORGE E SILVA (MPT), MÁRCIO BARBOSA MAIA (TRF1), MARCIA ANTUNES (PGE), MARIA BERENICE DIAS (IBDFAM), MARIA HELENA MALLMANN (TST), MARIA JÚLIA POLETINE ADVINCULA (OBSERVÁTORIO.GICS), MARTA LÍVIA SUPPLY (VIRADA.FEMININA), MELINA GIRARDI FACHIN (UFPR), MORGANA DE ALMEIDA RICHÁ (TST), NATHÁLYA OLIVEIRA ANANIAS (ADVOCACIA), NILDETE SANTANA DE OLIVEIRA (OAB-DF), RAFAELA RIBEIRO MITRE (DFP-DF), REGILENE SIQUEIRA (PCDFT), VIVIAN CRISTIANE EISENBERG DE ALMEIDA (TJPR).

Comisión Organizadora. Alumnos del NEXO GOVERNAMENTAL — USP: GABRIELLE SANTANA HELLINGER, GABRIELLY DELL ISOLA NEPOMUCENO, GISELA DE JESUS DOS SANTOS, ISABELLE FREITAS, JONATA MATHEUS DE SOUZA SIQUEIRA MALAQUIAS, LANNA NICELY MATIAS PERALTA, LOUISE LETICIA WANZELER, LUIS FERNANDO DE JESUS RIBEIRO, LUIZA MARIA JANUARIO, SILVIA NOGUEIRA, SOPHIA MORKS.

LAS PRERROGATIVAS

PRERROGATIVA 1. Juzgados y fiscalías especializados en delitos sexuales extrafamiliares:

Instituir juzgados y fiscalías de justicia especializados en el procesamiento y juzgamiento de delitos contra la dignidad sexual cometidos fuera de la tipificación de violencia doméstica y familiar. Mientras no se instalen los juzgados y fiscalías especializados, los ya existentes deben contar con equipos técnicos multidisciplinarios, capacitados periódicamente en violencia sexual, para garantizar una atención humanizada, cualificada y accesible, preservando la integridad física, psíquica, moral y emocional de las víctimas, observados los protocolos técnicos de actuación para vedar la violencia institucional, conforme a la Ley Mariana Ferrer y al entendimiento de la ADPF 1.107.

CONSIDERANDO que la Ley n.º 14.245/2021 (Ley Mariana Ferrer) instituyó parámetros normativos vinculantes de protección a la dignidad de la víctima, vedando prácticas vejatorias, vergonzosas, de descalificación moral, de culpabilización y cualquier otra forma de violencia institucional, imponiendo a los órganos del sistema de justicia la actuación por profesionales debidamente capacitados para comprender la dinámica neurobiológica, psicológica y conductual del trauma derivado de la violencia sexual;

CONSIDERANDO que la especialización evita errores de tipificación derivados de confusión normativa, especialmente la clasificación inadecuada de delitos sexuales extrafamiliares como situaciones de relación doméstica, afectiva o familiar, elementos frecuentemente inexistentes que comprometen la correcta aplicación de la legislación penal y procesal;

CONSIDERANDO que los juzgados ordinarios, por regla general, no disponen de continuidad procesal, tiempo adecuado, formación específica, sensibilidad para deconstruir estereotipos de género ni articulación interdisciplinaria necesaria para la adecuada conducción de casos de violencia sexual;

CONSIDERANDO que los juzgados especializados garantizan la aplicación sistemática de protocolos de audiencia protegida y humanizada, la comprensión de fenómenos como la parálisis traumática, la disociación y el estrés postraumático, así como la coordinación continua con la red de protección psicosocial, preservando la integridad emocional y psíquica de la víctima y evitando múltiples declaraciones;

CONSIDERANDO que la especialización garantiza una atención universal, accesible e inclusiva, contemplando víctimas con discapacidad, personas en situación de vulnerabilidad, víctimas extranjeras o con barreras lingüísticas y culturales;

CONSIDERANDO que dicha medida está en conformidad con los compromisos internacionales asumidos por Brasil en la protección de víctimas de violencia sexual y con los principios constitucionales de dignidad de la persona humana, protección integral, igualdad de género, acceso a la justicia y prohibición de la revictimización;

PRERROGATIVA 2. Medidas cautelares de urgencia para víctimas fuera del contexto doméstico y familiar:

Incluir en la Ley n.º 14.245/2021 (Ley Mariana Ferrer) una disposición que prevea expresamente la posibilidad de conceder medidas cautelares de urgencia a víctimas de delitos sexuales y actos infraccionales cometidos fuera del contexto de violencia doméstica y familiar. Dicha previsión debe garantizar protección inmediata y adecuada a la víctima, inclusive cuando el agresor no tenga vínculo afectivo, familiar o doméstico con la ofendida, cuando exista solo la presencia de una amenaza real, sin necesidad de comprobación de vínculo previo.

CONSIDERANDO que la previsión de medidas cautelares de urgencia en la Ley Mariana Ferrer constituye un instrumento esencial para garantizar protección inmediata a las víctimas de delitos sexuales cometidos fuera del ámbito doméstico y familiar;

CONSIDERANDO que el caso Mariana Ferrer evidenció graves lagunas en el acceso a dichas medidas, especialmente porque la víctima, al haber sido drogada y haber perdido la memoria de lo sucedido, no pudo identificar al autor, imposibilitando la aplicación de la Ley Maria da Penha y, consecuentemente, el acceso a las medidas cautelares previstas en la legislación vigente;

CONSIDERANDO que en situaciones de esta naturaleza, la identificación del agresor depende exclusivamente de la investigación técnica, pericial y documental, lo que refuerza la necesidad de mecanismos de protección independientes de la existencia de vínculo familiar, doméstico o afectivo;

CONSIDERANDO que la concesión de medidas cautelares sin presuponer relación entre víctima y agresor es indispensable para evitar encuadramientos inadecuados, prevenir revictimizaciones institucionales y garantizar el

respeto a las especificidades jurídicas y psicosociales de las víctimas de delitos sexuales extrafamiliares;

CONSIDERANDO que la creación de medidas cautelares propias para delitos sexuales extrafamiliares responde a la naturaleza distinta de estos crímenes, garantizando seguridad jurídica, fortaleciendo la actuación estatal preventiva y promoviendo atención y protección eficaz a las sobrevivientes;

PRERROGATIVA 3. Capacitación especializada y estructura multidisciplinaria en violencia sexual:

Garantizar la capacitación continua y obligatoria de los integrantes del sistema de justicia y seguridad pública, con énfasis en formación técnico-jurídica y psicosocial especializada para delitos sexuales y actos infraccionales análogos, además de instituir estructuras institucionales adecuadas y equipos multidisciplinarios cualificados, en observancia de los principios constitucionales de dignidad humana, protección integral, prioridad absoluta y prohibición de revictimización (Ley Mariana Ferrer), garantizando una atención humanizada y efectiva.

CONSIDERANDO que la cualificación profesional continua, anclada en los arts. 1.º, III, y 227 de la Constitución Federal, constituye un instrumento indispensable para mitigar revictimizaciones, combatir estereotipos institucionales y garantizar procedimientos ágiles, sensibles y adecuados para las víctimas vulnerables;

CONSIDERANDO que la formación especializada y la implementación de equipos multidisciplinarios armonizan la actuación institucional con los estándares internacionales de derechos humanos y con los compromisos asumidos por el Estado brasileño en el marco de la Agenda 2030 de la ONU;

CONSIDERANDO que tales medidas dan efecto concreto al deber estatal de proteger la integridad física, psíquica y moral de las víctimas y refuerzan el acceso efectivo a la justicia, previniendo prácticas revictimizadoras y garantizando una atención humanizada y no discriminatoria;

PRERROGATIVA 4. Prohibición y criminalización de la violencia procesal y las tácticas ofensivas DARVO:

Instituir mecanismos normativos para identificar, prevenir y prohibir expresamente la violencia procesal –incluyendo la práctica del DARVO (acrónimo de Deny, Attack, Reverse Victim and Offender, que significa negar

los hechos, atacar a la víctima e invertir los roles de ofensor y ofendido)– en el ámbito judicial o extrajudicial. Tales conductas, que tengan por objeto intimidar, humillar, coaccionar o revictimizar a la ofendida mediante su vida privada, comportamiento o estereotipos, deberán estar sujetas a responsabilidad civil, administrativa, disciplinaria y penal de los agentes involucrados, con previsión de sanciones específicas, sin perjuicio de los tipos penales vigentes.

CONSIDERANDO que la violencia procesal y prácticas como el DARVO (Deny, Attack, Reverse Victim and Offender), al instrumentalizar el sistema de justicia para negar hechos, atacar a la víctima e invertir los roles de agresor y agredido, configuran una grave forma de revictimización institucional;

CONSIDERANDO que tales conductas violan la dignidad de la persona humana (art. 1.º, III, CF/88), la igualdad (art. 5.º, I), la prohibición de tratos degradantes (art. 5.º, III) y el acceso a la justicia (art. 5.º, XXXV), además de fragilizar la protección de mujeres víctimas de violencia (art. 226, § 8.º, CF/88);

CONSIDERANDO que la Ley n.º 14.245/2021 (Ley Mariana Ferrer) exige ampliación normativa para criminalizar y desalentar el uso abusivo del Poder Judicial como forma de represalia, en consonancia con la Agenda 2030 de la ONU (ODS 5 y 16) y con los tratados internacionales de derechos humanos;

CONSIDERANDO que la represión de estas prácticas es esencial para garantizar procesos éticos, centrados en la víctima y compatibles con los principios constitucionales e internacionales de protección;

PRERROGATIVA 5. Capacitación cualificada y obligatoria en violencia de género, con énfasis en la Justicia Militar de la Unión:

Instituir y garantizar la capacitación periódica y obligatoria de todos los integrantes del Sistema de Justicia y del Sistema de Seguridad Pública, con actuación especializada en el combate a la violencia contra la mujer, incluyendo delitos sexuales y actos infraccionales correlatos. Esta formación deberá abarcar aspectos técnico-jurídicos, psicosociales, de género y de derechos humanos, con énfasis en la comprensión del trauma, la escucha especializada y la adopción de protocolos que garanticen una atención humanizada y libre de revictimización. En particular, la capacitación deberá dirigirse a la Justicia Militar de la Unión, apuntando a la aplicación precisa de la Ley n.º 14.245/2021 (Ley Mariana Ferrer), la Justicia Restaurativa y el Protocolo

de Juzgamiento con Perspectiva de Género del Consejo Nacional de Justicia (CNJ) en sus procedimientos y sentencias.

CONSIDERANDO que la formación continua y obligatoria de los agentes del Sistema de Justicia y del Sistema de Seguridad Pública es imprescindible para la materialización de los principios constitucionales de dignidad humana, protección integral y prohibición de revictimización;

CONSIDERANDO que la falta de preparación técnica perpetúa enfoques inadecuados, prejuiciosos y revictimizantes, comprometiendo la efectividad de la persecución penal y la confianza de la víctima en las instituciones;

CONSIDERANDO que la capacitación especializada, al promover la comprensión del impacto psicosocial del trauma y la incorporación de la perspectiva de género, garantiza la correcta aplicación de las normas de protección, como la Ley Mariana Ferrer, y de las directrices del Protocolo de Juzgamiento con Perspectiva de Género del CNJ;

CONSIDERANDO que la Justicia Militar de la Unión requiere atención específica, dada la singularidad de su jurisdicción, siendo necesario armonizar sus prácticas con la legislación civil y penal común para garantizar a las víctimas un trato digno, humano y efectivo;

PRERROGATIVA 6. Revocación inmediata del término “mujer honesta” del Código Penal Militar y demás cuerpos legales:

El mantenimiento del término “mujer honesta” en los dispositivos del Código Penal Militar (Decreto-Ley n.º 1.001/1969) y en cualquier otro cuerpo legal del ordenamiento jurídico brasileño es manifiestamente inconstitucional, por violar frontalmente los principios de dignidad de la persona humana (art. 1.º, III), igualdad de género (art. 5.º, I), no discriminación y laicidad del Estado, al establecer un juicio moralizante y subjetivo sobre la conducta femenina como criterio para la protección penal, en detrimento de la protección universal de la integridad sexual y de la libertad individual de todas las mujeres. Se impone, por tanto, la supresión legislativa inmediata de dicha expresión, en consonancia con los proyectos de ley en trámite en el Congreso Nacional que buscan adecuar la legislación penal a los estándares constitucionales y convencionales de derechos humanos.

CONSIDERANDO que la expresión “mujer honesta”, aún presente en el Código Penal Militar, representa un vestigio de moralidad patriarcal incompat

tible con el Estado Democrático de Derecho y con los derechos fundamentales;

CONSIDERANDO que condicionar la protección de la libertad sexual a una evaluación moral de la víctima crea categorías discriminatorias, atribuye culpa indebida y viola el art. 5.º de la Constitución Federal, que garantiza igualdad, inviolabilidad de la dignidad, libertad y protección contra la discriminación;

CONSIDERANDO que la tutela penal de la libertad sexual es un derecho inherente a toda persona, independientemente del estilo de vida o conducta moral;

CONSIDERANDO que la supresión del término no es una mera actualización semántica, sino un imperativo constitucional para erradicar la violencia de género institucionalizada y garantizar la plena protección de la dignidad y la autonomía sexual de las mujeres;

CONSIDERANDO la urgencia de apoyar los proyectos de ley en tramitación en el Congreso Nacional destinados a armonizar el Código Penal Militar con los valores democráticos y los compromisos internacionales de derechos humanos;

PRERROGATIVA 7. Responsabilización ética, administrativa y disciplinaria de la abogacía por prácticas abusivas y revictimizadoras, a la luz de la Ley n.º 14.245/2021 (Ley Mariana Ferrer) y el Estatuto de la Abogacía:

Establecer que el Colegio de Abogados del Brasil (OAB) promueva la fiscalización permanente y la investigación célere, eficaz y adecuada, en el ámbito administrativo y disciplinario, de las conductas de abogados y abogadas que, en el ejercicio profesional, violen deberes éticos al adoptar estrategias abusivas, ofensivas o desleales, especialmente aquellas que expongan, humillen, coaccionen o, de cualquier forma, promuevan la revictimización de personas en situación de violencia, en afrenta al deber de urbanidad, la buena fe profesional y los principios constitucionales de dignidad de la persona humana.

CONSIDERANDO que el abogado, como agente indispensable en la administración de justicia, debe orientar su actuación por la dignidad, la lealtad, la buena fe y el respeto absoluto a los derechos humanos;

CONSIDERANDO que las conductas que exponen, humillan o victimizan a personas en situación de violencia constituyen violencia institucional y utilizan el propio sistema de justicia para agravar vulnerabilidades, comprometiéndolo la integridad del proceso;

CONSIDERANDO que tales prácticas pueden reproducir dinámicas como el DARVO, negando la violencia, atacando a la víctima e invirtiendo indebidamente los roles de agresor y ofendido;

CONSIDERANDO que la represión de estos comportamientos es indispensable para proteger a la víctima, preservar la ética y la nobleza de la abogacía y garantizar un proceso justo, humanizado y constitucionalmente adecuado;

PRERROGATIVA 8. Reconocimiento, prevención y represión de la violencia digital, la persecución cibernética masiva y la revictimización mediática, con responsabilización de plataformas digitales y medios de comunicación:

Reconocer la violencia perpetrada en entornos digitales, incluso mediante campañas coordinadas de ataques, exposición indebida, acoso en línea y difusión masiva de contenidos ofensivos, como una forma autónoma de violencia y de revictimización institucional, que exige una respuesta estatal específica, inmediata y eficaz, garantizando a las víctimas de delitos, especialmente de naturaleza sexual, la protección integral de su imagen, honor, privacidad, datos personales e información sensible en el entorno virtual y mediático.

CONSIDERANDO la necesidad de instituir mecanismos ágiles y efectivos para la identificación, indisponibilización y eliminación de contenidos ilícitos, ofensivos o degradantes, así como la responsabilidad civil, administrativa y penal de quienes los produzcan, difundan, impulsen o mantengan accesibles, incluyendo la responsabilización legal y ética de las plataformas digitales y los medios de comunicación que, por acción u omisión, contribuyan a la revictimización de personas en situación de violencia;

CONSIDERANDO la exigencia de políticas claras y transparentes de moderación de contenido, la implementación de canales de denuncia accesibles y eficientes, la adopción de estándares reforzados de diligencia y ética en la cobertura periodística e institucional, así como la posibilidad de conceder medidas cautelares de urgencia en casos de violencia digital, persecución cibernética y exposición mediática indebida de la víctima;

CONSIDERANDO que la violencia digital constituye una extensión de las violencias física y psicológica, sometiendo a las víctimas a ciclos continuos de humillación pública, persecución y revictimización en un entorno de amplia difusión, difícil control y elevado potencial de daño;

CONSIDERANDO que el entorno digital y mediático amplifica la propagación de contenidos ofensivos, perpetúa el trauma, expande el alcance de la violencia e impone al Estado el deber de estructurar respuestas compatibles con la velocidad, la capilaridad y la complejidad tecnológica de los medios de comunicación contemporáneos;

CONSIDERANDO que la protección contra la violencia digital, la persecución cibernética y la exposición mediática indebida es indispensable para la salvaguardia de la dignidad de la persona humana, la intimidad, la vida privada, el honor, la imagen y la integridad psíquica de las víctimas;

CONSIDERANDO que las plataformas digitales y los medios de comunicación desempeñan un papel central en la circulación de información y en la formación de la opinión pública, teniendo responsabilidad institucional en la prevención de la revictimización, la mitigación de daños y la protección de las víctimas;

CONSIDERANDO que la ausencia de responsabilización efectiva de estos agentes favorece prácticas sensacionalistas, la divulgación indebida de datos personales, la exposición degradante de la víctima y la normalización de discursos revictimizadores;

CONSIDERANDO que incumbe al sistema de justicia desarrollar mecanismos especializados, articulados y eficaces para prevenir, reprimir y reparar los daños derivados de la violencia digital y mediática, garantizando un entorno informacional seguro, ético y respetuoso;

CONSIDERANDO que la presente prerrogativa se armoniza con los principios constitucionales de dignidad de la persona humana, acceso a la justicia, protección integral y prohibición de revictimización, así como con los mandatos de la Ley n.º 14.245/2021 (Ley Mariana Ferrer) y los estándares internacionales de derechos humanos, incluso en lo referente a la responsabilidad social de los medios de comunicación y la cobertura periodística ética y responsable;

PRERROGATIVA 9. Responsabilización por la persecución mediática y protección de la imagen de la víctima:

Asegurar la responsabilización de los medios de comunicación y agentes mediáticos que, en la cobertura periodística de casos que involucren a víctimas identificables, incurran en prácticas sensacionalistas, distorsionadas, estigmatizantes o que expongan indebidamente a la persona ofendida. Se exige la observancia de estándares éticos y de diligencia, vedándose el uso de calificadores morales, el refuerzo de estereotipos o la promoción de la culpabilización de la víctima. Está expresamente prohibida la difusión de imágenes, montajes y composiciones gráficas que asocien, aunque sea simbólicamente, a la víctima con el agresor, o que establezcan cualquier vínculo visual que amplifique las violencias simbólicas, las humillaciones o los procesos de revictimización; la cobertura debe priorizar la responsabilización del agresor y la difusión de información estrictamente factual.

CONSIDERANDO que la persecución mediática y la exposición indebida de la víctima constituyen una grave violación de los derechos fundamentales y una forma de revictimización secundaria, sometiendo a la persona ofendida a juicios morales y transferencias indebidas de culpa;

CONSIDERANDO que tales conductas vulneran la dignidad de la persona humana (art. 1.º, III, CF/88) y la inviolabilidad de la intimidad, la vida privada, el honor y la imagen (art. 5.º, X, CF/88);

CONSIDERANDO que la libertad de prensa, aunque esencial para el régimen democrático, no tiene carácter absoluto, encontrando límites en los derechos de la personalidad y en la prohibición del abuso de derecho;

CONSIDERANDO que la presente prerrogativa busca armonizar la libertad informativa con el deber de protección de la víctima, reprimiendo las prácticas mediáticas deshumanizadoras y garantizando un tratamiento ético, responsable y conforme a los compromisos internacionales y la Agenda 2030/ODS;

PRERROGATIVA 10. Formación técnica y ética para agentes públicos en el combate a la violencia institucional:

Instituir programas de formación técnica y ética continua para todos los agentes públicos que, de alguna manera, interactúan con víctimas de delitos, abarcando desde el primer contacto hasta el seguimiento postprocesal. La formación debe centrarse en la escucha activa, la empatía, la comprensión

del trauma, la prevención de la revictimización y la aplicación de protocolos que garanticen una atención digna, respetuosa y libre de prejuicios.

CONSIDERANDO que la calidad de la atención prestada por los agentes públicos es determinante para la experiencia de la víctima en el sistema de justicia y en la red de apoyo;

CONSIDERANDO que la ausencia de preparación técnica y ética puede dar lugar a enfoques insensibles, irrespetuosos o que perpetúen el sufrimiento, configurando una grave violencia institucional;

CONSIDERANDO que es deber del Estado garantizar que todos los profesionales involucrados en la atención a la víctima estén capacitados para ofrecer una acogida cualificada, digna y alineada con las directrices de derechos humanos;

CONSIDERANDO que la formación continua es esencial para la actualización de conocimientos, la deconstrucción de sesgos discriminatorios y la prevención de prácticas revictimizadoras;

CONSIDERANDO que tales medidas se armonizan con la legislación protectora, especialmente la Ley n.º 14.245/2021 (Ley Mariana Ferrer), reforzando la necesidad de una actuación estatal sensible, humanizada y libre de estereotipos de género;

PRERROGATIVA 11. Implementación de la nueva legislación italiana ‘Ley del Consentimiento’ en Brasil:

Adoptar, como parámetro interpretativo y normativo fundamental para la configuración de delitos contra la libertad sexual, el principio de que todo acto de naturaleza sexual es ilícito cuando carece de consentimiento libre, informado, específico, previo y revocable. El consentimiento no podrá presumirse del silencio, la ausencia de reacción, la pasividad o cualquier estado de vulnerabilidad de la víctima, desplazándose la carga de la prueba de la resistencia hacia la responsabilidad activa del agente de asegurar la manifestación inequívoca de la voluntad.

CONSIDERANDO que la adecuación del sistema de justicia penal a los estándares internacionales más avanzados de protección a la libertad e integridad sexual requiere superar las lagunas interpretativas presentes en la legislación penal;

CONSIDERANDO que la centralidad de la violencia o la amenaza grave en

el art. 213 del Código Penal, sin la adecuada ponderación de la ausencia de consentimiento, ha permitido la descalificación de casos en los que la víctima no manifiesta resistencia activa debido a parálisis tónica, disociación, miedo insuperable u otras vulnerabilidades;

CONSIDERANDO que instrumentos internacionales, como el Convenio de Estambul y la Convención de Belém do Pará, adoptan el paradigma de que “solo el sí es sí”, reconociendo el consentimiento como elemento nuclear para la licitud del acto sexual;

CONSIDERANDO que esta directriz corrige distorsiones históricas, previene la culpabilización de la víctima, refuerza su autonomía sexual y promueve un juzgamiento ético, justo y sensible al trauma;

CONSIDERANDO que la adopción de este paradigma atiende a los principios constitucionales de dignidad de la persona humana (art. 1.º, III), prohibición de tratos degradantes (art. 5.º, III) y protección integral (art. 227), además de la Agenda 2030 de la ONU (ODS 5 y 16);

CONSIDERANDO que desplazar el foco de la conducta de la víctima hacia la responsabilidad activa del agresor fortalece la protección integral y cualifica la respuesta estatal;

PRERROGATIVA 12. Traslado y reclasificación del delito de violación:

Promover el traslado del delito de violación del “Título VI — De los Delitos Contra la Dignidad Sexual” al “Título I — De los Delitos Contra la Persona”, con la posterior creación del “Capítulo II-A — De los Delitos Contra la Integridad Física, Psicológica y Sexual” dentro de este título, para una mejor ubicación delictiva y adecuar la estructura del Código Penal a la real gravedad del delito y los impactos de la violencia sexual.

CONSIDERANDO que la violencia sexual constituye una agresión directa al núcleo de la dignidad humana, afectando simultáneamente la integridad física, psíquica y moral de la víctima;

CONSIDERANDO que la clasificación actual de la violación en el Código Penal no refleja plenamente su gravedad multidimensional, contribuyendo a percepciones erróneas y respuestas estatales insuficientes;

CONSIDERANDO que la reclasificación de la violación como delito contra la persona confiere coherencia sistemática al ordenamiento jurídico y forta-

lece la protección de las víctimas;

CONSIDERANDO que tal medida representa un compromiso con la centralidad de la dignidad humana y con la priorización de la seguridad e integridad de la persona ofendida;

CONSIDERANDO que la adecuada clasificación sistemática de los tipos penales constituye un instrumento de concreción del debido proceso legal sustancial (art. 5.º, LIV, de la Constitución Federal), de la tutela judicial efectiva y de la racionalidad de la persecución penal, influyendo directamente en la interpretación judicial, la valoración de la prueba, la definición de políticas de persecución y la propia centralidad de la víctima en el proceso penal;

PRERROGATIVA 13. Garantía de continuidad educativa y administrativa para víctimas en situación de malestar psicosocial derivado de la violencia sufrida:

Instituir una disposición normativa legal que asegure a la víctima, mediante la presentación de un informe psiquiátrico y un informe psicológico que certifiquen un diagnóstico de síndrome de pánico, estrés postraumático, depresión, fobia social, ansiedad generalizada u otro sufrimiento físico o mental que impida el contacto social, el derecho a solicitar la realización de actividades educativas en formato remoto y la concesión de atención administrativa diferenciada, mientras persista el cuadro clínico.

CONSIDERANDO que la protección integral de la víctima de violencia sexual exige la garantía de sus derechos fundamentales a la educación, al trabajo y a la dignidad de la persona humana (art. 1.º, III, y art. 6.º, CF/88);

CONSIDERANDO que los traumas derivados de la violencia pueden imposibilitar la presencia física en entornos educativos o administrativos, causando interrupciones indebidas en la trayectoria de vida y perpetuando vulnerabilidades;

CONSIDERANDO que el acceso a formatos remotos y las adaptaciones administrativas contribuyen a promover la autonomía, la continuidad de los estudios y la resiliencia de la víctima;

CONSIDERANDO que la medida está alineada con la Agenda 2030 de la ONU (ODS 4 y 5) y la Convención de Belém do Pará, con el fin de eliminar las barreras que impidan el pleno desarrollo de la persona;

CONSIDERANDO que la efectivización de estas garantías asegura que la

violencia sufrida no se convierta en un factor de exclusión o ruptura de los proyectos de vida de la víctima;

PRERROGATIVA 14. Reconocimiento de la equiparación a la condición de persona con discapacidad para víctimas de violencia sexual y garantía de derechos:

Instituir una disposición normativa que permita el encuadramiento de la víctima de un delito sexual en la condición de persona con discapacidad, siempre que, en una evaluación biopsicosocial realizada por un equipo multiprofesional e interdisciplinario, se reconozca un impedimento de larga duración (mínimo de 2 años) de naturaleza física, mental, intelectual o sensorial, el cual, en interacción con barreras sociales, pueda obstaculizar su participación plena y efectiva en la sociedad en igualdad de condiciones. Dicho reconocimiento garantizará el acceso a los derechos y beneficios inherentes a esta condición, incluyendo la realización de actividades educativas en formato remoto mientras persista el sufrimiento que impida el contacto físico, y el derecho al Beneficio de Prestación Continuada (BPC) para quienes demuestren no tener medios de proveerse su propio sustento ni de que su familia lo provea.

CONSIDERANDO que la violencia sexual puede generar secuelas físicas, mentales, intelectuales o sensoriales que, al interactuar con barreras sociales, constituyen impedimentos de larga duración en los términos de la Ley Brasileña de Inclusión (Ley n.º 13.146/2015);

CONSIDERANDO que dichos impedimentos pueden justificar la inclusión de la víctima en el concepto de persona con discapacidad, garantizándole una protección ampliada y el acceso a políticas de apoyo;

CONSIDERANDO que el acceso al Beneficio de Prestación Continuada (BPC), previsto en la LOAS (Ley n.º 8.742/93), es esencial para las víctimas que demuestren hipovulnerabilidad económica, asegurando su subsistencia y preservando su dignidad;

CONSIDERANDO que la evaluación biopsicosocial prevista en la LBI permite un análisis individualizado y humanizado de la situación de la víctima;

CONSIDERANDO que la medida está en consonancia con la Convención de la ONU sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad, de rango constitucional, que impone al Estado el deber de promover la inclusión y la igualdad de condiciones;

PRERROGATIVA 15. Efectivización integrada del Estatuto de la Víctima:

Los Poderes Legislativo, Ejecutivo y Judicial, en colaboración institucional con el Ministerio Público, la Defensoría Pública, el Colegio de Abogados del Brasil y los órganos de asistencia y protección social, deben garantizar la implementación coordinada, continua y prioritaria de las políticas públicas previstas en el Estatuto de la Víctima (PL n.º 3.890/2020), garantizando la plena tutela de los derechos de las víctimas de delitos, actos infraccionales, calamidades y desastres, conforme a los principios constitucionales de dignidad de la persona humana, protección integral, acceso a la justicia y prohibición de revictimización, según lo tipificado por la Ley Mariana Ferrer (14.245/21).

CONSIDERANDO que la inexistencia de políticas públicas articuladas y la fragmentación institucional impiden la materialización de los derechos garantizados a las víctimas, convirtiendo las disposiciones legales en derechos meramente formales;

CONSIDERANDO que el Estatuto de la Víctima constituye un marco estructurante de protección integral, alineado con los arts. 1.º, III, y 5.º de la Constitución, así como con legislaciones como la Ley Maria da Penha, la Ley Mariana Ferrer y la Ley de Escucha Especializada;

CONSIDERANDO que corresponde al Estado implementar políticas transversales, continuas y cooperativas para garantizar información adecuada, acogida psicosocial, participación procesal efectiva y la eliminación de la revictimización;

CONSIDERANDO que la aprobación y plena ejecución del Estatuto de la Víctima son medidas urgentes para transformar las garantías normativas en instrumentos reales y operativos de tutela de los derechos fundamentales;

Documento assinado digitalmente



MARIANA BORGES FERRER FERREIRA

Data: 13/02/2026 17:12:18-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARIANA BORGES FERRER FERREIRA

Presidenta del Foro Internacional de Derecho de las Víctimas (INTERVID)

Coordinadora de la Carta de Prerrogativas para las Víctimas

Charte des prérogatives pour les victimes (2025)

La présente Charte rassemble des prérogatives structurées sous forme de lignes directrices, élaborées par le **Forum International du Droit des Victimes**, dans le cadre du Groupe de Travail institué par le **Nexo Governamental**, projet d'extension rattaché à l'**Université de São Paulo — USP**. Ces prérogatives ont été approuvées à l'unanimité lors de la Session Délibérative de la Commission Exécutive, tenue le 27 novembre 2025, à l'**Ordre des Avocats du Brésil — Section du District Fédéral**, et seront adoptées par des organes nationaux et internationaux par la conclusion d'accords de coopération technique et/ou d'autres instruments équivalents, assurant leur mise en œuvre et leur effectivité adéquates, dans le respect des compétences et des capacités institutionnelles de chaque entité participante.

Présidence. MARIANA BORGES FERRER FERREIRA
Marraine. MARIA DA PENHA FERNANDES

APOIO
INSTITUCIONAL



Commission Exécutive. ADALGIZA AGUIAR (MPDFT), AMINI HADDAD CAMPOS (STM), ANA CAROLINA DE FREITAS OSÓRIO (PRÓ-VÍTIMA), ANA ELISA BECHARA (USP), ANA TEREZA GIACOMINI (MPMG), BEATRIZ CANEDO (IDP), CAIO NUNES DE BARROS (TJAL), CAMILA RUFATO DUARTE (DIREITO. DELA), CAROLINA SAMPAIO VALÕES (TJAL), CATHARINA ORBAGE DE BRITTO TAQUARY BERINO (FPMB), CELESTE LEITE DOS SANTOS (MPSP), CLARISSA NEPOMUCENO SOARES (ADVOCACIA), CRISTINA LOPES AFONSO (ALEGO), DELZIRA BALDOIDO (MPMG), ELIANE AUGUSTA DE MENEZES ACIOLY (TJAL), ENEIDA ORBAGE DE BRITTO TAQUARY (FPMB), FÁBIO PORTA (CONGRESSO ITALIANO), GISELE FERREIRA (GDF), GUILHERME FELICIANO (CNJ), GUSTAVO CHALFUN (OAB-MG), IONE MARIA MOREIRA DIAS BARBOSA (CONGRESSO NACIONAL), IRANY VIDIGAL POUHEL (ARTISTA PLÁSTICA), IVANA FARINA NAVARRETE PENA (MPGO), JAQUELINE FERREIRA GONTIJO (MPDFT), JARBAS SOARES JÚNIOR (MPMG), KÁTIA HERMINIA RONCADA (TRF3), LUCIANA TRINDADE (PSB), LUCIANE GOMES (CNJ), MANOEL JORGE E SILVA (MPT), MÁRCIO BARBOSA MAIA (TRF1), MARCIA ANTUNES (PGE), MARIA BERENICE DIAS (IBDFAM), MARIA HELENA MALLMANN (TST), MARIA JÚLIA POLETINE ADVINCULA (OBSERVÁTORIO.GICS), MARTA LÍVIA SUPPLY (VIRADA.FEMININA), MELINA GIRARDI FACHIN (UFPR), MORGANA DE ALMEIDA RICHIA (TST), NATHÁLYA OLIVEIRA ANANIAS (ADVOCACIA), NILDETE SANTANA DE OLIVEIRA (OAB-DF), RAFAELA RIBEIRO MITRE (DFP-DF), REGILENE SIQUEIRA (PCDFT), VIVIAN CRISTIANE EISENBERG DE ALMEIDA (TJPR).

Commission Organisatrice. Étudiants du NEXO GOVERNAMENTAL — USP : GABRIELLE SANTANA HELLINGER, GABRIELLY DELL ISOLA NEPOMUCENO, GISELA DE JESUS DOS SANTOS, ISABELLE FREITAS, JONATA MATHEUS DE SOUZA SIQUEIRA MALAQUIAS, LANNA NICELY MATIAS PERALTA, LOUISE LETICIA WANZELER, LUIS FERNANDO DE JESUS RIBEIRO, LUIZA MARIA JANUARIO, SILVIA NOGUEIRA, SOPHIA MORKS.

LES PRÉROGATIVES

PRÉROGATIVE 1. Tribunaux et parquets spécialisés dans les crimes sexuels extrafamiliaux :

Instituer des tribunaux et des parquets spécialisés dans le traitement et le jugement des crimes contre la dignité sexuelle commis en dehors de la qualification de violence domestique et familiale. En attendant la création de ces juridictions spécialisées, celles déjà existantes doivent disposer d'équipes techniques multidisciplinaires, formées périodiquement à la violence sexuelle, pour assurer une prise en charge humanisée, qualifiée et accessible, préservant l'intégrité physique, psychique, morale et émotionnelle des victimes, dans le respect des protocoles techniques d'intervention afin d'interdire la violence institutionnelle, conformément à la Loi Mariana Ferrer et à l'interprétation de l'ADPF 1.107.

CONSIDÉRANT que la Loi n° 14.245/2021 (Loi Mariana Ferrer) a institué des paramètres normatifs contraignants de protection de la dignité de la victime, interdisant les pratiques vexatoires, humiliantes, de disqualification morale, de culpabilisation et toute autre forme de violence institutionnelle, imposant aux organes du système judiciaire l'intervention de professionnels dûment formés pour comprendre la dynamique neurobiologique, psychologique et comportementale du traumatisme découlant de la violence sexuelle ;

CONSIDÉRANT que la spécialisation évite les erreurs de qualification résultant d'une confusion normative, notamment la classification inadéquate de crimes sexuels extrafamiliaux comme des situations de relation domestique, affective ou familiale – éléments fréquemment absents qui compromettent la correcte application de la législation pénale et procédurale ;

CONSIDÉRANT que les tribunaux ordinaires ne disposent généralement pas de la continuité procédurale, du temps adéquat, de la formation spécifique, de la sensibilité pour déconstruire les stéréotypes de genre, ni de la coordination interdisciplinaire nécessaire au traitement approprié des cas de violence sexuelle ;

CONSIDÉRANT que les tribunaux spécialisés assurent l'application systématique des protocoles d'audition protégée et humanisée, la compréhension des phénomènes tels que le gel traumatique, la dissociation et le stress post-traumatique, ainsi que la coordination continue avec le réseau de protection psychosociale, préservant l'intégrité émotionnelle et psychique de la

victime et évitant les auditions multiples ;

CONSIDÉRANT que la spécialisation garantit une prise en charge universelle, accessible et inclusive, couvrant les victimes en situation de handicap, les personnes vulnérables, les victimes étrangères ou confrontées à des barrières linguistiques et culturelles ;

CONSIDÉRANT que cette mesure est conforme aux engagements internationaux pris par le Brésil en matière de protection des victimes de violence sexuelle et aux principes constitutionnels de dignité humaine, de protection intégrale, d'égalité de genre, d'accès à la justice et d'interdiction de la re-victimisation ;

PRÉROGATIVE 2. Mesures de protection d'urgence pour les victimes en dehors du contexte domestique et familial :

Inclure dans la Loi n° 14.245/2021 (Loi Mariana Ferrer) une disposition prévoyant expressément la possibilité d'accorder des mesures de protection d'urgence aux victimes de crimes sexuels et d'infractions commis en dehors du contexte de la violence domestique et familiale. Cette disposition doit assurer une protection immédiate et adéquate à la victime, y compris lorsque l'agresseur n'a aucun lien affectif, familial ou domestique avec l'offensée, dès lors qu'il existe une menace réelle, sans nécessité de prouver un lien préexistant.

CONSIDÉRANT que la prévision de mesures de protection d'urgence dans la Loi Mariana Ferrer constitue un instrument essentiel pour assurer une protection immédiate aux victimes de crimes sexuels commis en dehors de la sphère domestique et familiale ;

CONSIDÉRANT que l'affaire Mariana Ferrer a mis en évidence de graves lacunes dans l'accès à ces mesures, notamment parce que la victime, ayant été droguée et ayant perdu la mémoire des faits, n'a pas pu identifier l'auteur, rendant impossible l'application de la Loi Maria da Penha et, par conséquent, l'accès aux mesures de protection prévues par la législation en vigueur ;

CONSIDÉRANT que dans de telles situations, l'identification de l'agresseur dépend exclusivement de l'enquête technique, expertale et documentaire, ce qui renforce la nécessité de mécanismes de protection indépendants de l'existence d'un lien familial, domestique ou affectif ;

CONSIDÉRANT que l'octroi de mesures de protection sans présupposer une relation entre la victime et l'agresseur est indispensable pour éviter les

qualifications inadéquates, prévenir les re-victimisations institutionnelles et garantir le respect des spécificités juridiques et psychosociales des victimes de crimes sexuels extrafamiliaux ;

CONSIDÉRANT que la création de mesures de protection propres aux délits sexuels extrafamiliaux répond à la nature distincte de ces crimes, garantissant la sécurité juridique, renforçant l'action préventive de l'État et assurant une prise en charge et une protection effectives des survivantes ;

PRÉROGATIVE 3. Formation spécialisée et structure multidisciplinaire en matière de violence sexuelle :

Garantir la formation continue et obligatoire des membres du système judiciaire et de sécurité publique, en mettant l'accent sur une formation technico-juridique et psychosociale spécialisée pour les crimes sexuels et les infractions analogues, et instituer des structures institutionnelles adéquates et des équipes multidisciplinaires qualifiées, dans le respect des principes constitutionnels de dignité humaine, de protection intégrale, de priorité absolue et d'interdiction de la re-victimisation (Loi Mariana Ferrer), garantissant une prise en charge humanisée et effective.

CONSIDÉRANT que la qualification professionnelle continue, fondée sur les articles 1er, III, et 227 de la Constitution Fédérale, constitue un instrument indispensable pour atténuer les re-victimisations, combattre les stéréotypes institutionnels et garantir des procédures rapides, sensibles et adaptées aux victimes vulnérables ;

CONSIDÉRANT que la formation spécialisée et la mise en place d'équipes multidisciplinaires harmonisent l'action institutionnelle avec les normes internationales des droits de l'homme et les engagements pris par l'État brésilien dans le cadre de l'Agenda 2030 de l'ONU ;

CONSIDÉRANT que ces mesures donnent effet concret au devoir de l'État de protéger l'intégrité physique, psychique et morale des victimes et renforcent l'accès effectif à la justice, en prévenant les pratiques de re-victimisation et en garantissant une prise en charge humanisée et non discriminatoire ;

PRÉROGATIVE 4. Interdiction et criminalisation de la violence procédurale et des tactiques offensives DARVO :

Instituer des mécanismes normatifs permettant d'identifier, de prévenir et d'interdire expressément la violence procédurale – y compris la prati-

que du DARVO (acronyme de Deny, Attack, Reverse Victim and Offender, signifiant nier les faits, attaquer la victime et inverser les rôles d'offenseur et d'offensé) – dans le cadre judiciaire ou extrajudiciaire. Ces comportements, visant à intimider, humilier, contraindre ou re-victimiser l'offensée à travers sa vie privée, son comportement ou des stéréotypes, devront engager la responsabilité civile, administrative, disciplinaire et pénale des agents concernés, avec des sanctions spécifiques, sans préjudice des infractions pénales en vigueur.

CONSIDÉRANT que la violence procédurale et les pratiques telles que le DARVO (Deny, Attack, Reverse Victim and Offender), en instrumentalisant le système judiciaire pour nier les faits, attaquer la victime et inverser les rôles d'agresseur et d'agressé, constituent une grave forme de re-victimisation institutionnelle ;

CONSIDÉRANT que ces comportements violent la dignité de la personne humaine (art. 1er, III, CF/88), l'égalité (art. 5, I), l'interdiction de traitements dégradants (art. 5, III) et l'accès à la justice (art. 5, XXXV), fragilisant par ailleurs la protection des femmes victimes de violence (art. 226, § 8, CF/88) ;

CONSIDÉRANT que la Loi n° 14.245/2021 (Loi Mariana Ferrer) exige une extension normative pour criminaliser et décourager l'utilisation abusive du pouvoir judiciaire comme forme de représailles, en conformité avec l'Agenda 2030 de l'ONU (ODD 5 et 16) et les traités internationaux relatifs aux droits de l'homme ;

CONSIDÉRANT que la répression de ces pratiques est essentielle pour garantir des procédures éthiques, centrées sur la victime et compatibles avec les principes constitutionnels et internationaux de protection ;

PRÉROGATIVE 5. Formation qualifiée et obligatoire sur la violence de genre, avec focus sur la Justice Militaire de l'Union :

Instituer et garantir la formation périodique et obligatoire de l'ensemble des membres du Système Judiciaire et du Système de Sécurité Publique, intervenant de manière spécialisée dans la lutte contre la violence faite aux femmes, y compris les crimes sexuels et les infractions connexes. Cette formation doit couvrir les aspects technico-juridiques, psychosociaux, de genre et de droits de l'homme, en mettant l'accent sur la compréhension du traumatisme, l'écoute spécialisée et l'adoption de protocoles garantissant une prise en charge humanisée et exempte de re-victimisation. En particulier, la

formation doit être dirigée vers la Justice Militaire de l'Union, visant l'application précise de la Loi n° 14.245/2021 (Loi Mariana Ferrer), de la Justice Restauratrice et du Protocole de Jugement avec Perspective de Genre du Conseil National de Justice (CNJ) dans ses procédures et décisions.

CONSIDÉRANT que la formation continue et obligatoire des agents du Système Judiciaire et du Système de Sécurité Publique est indispensable à la concrétisation des principes constitutionnels de dignité humaine, de protection intégrale et d'interdiction de la re-victimisation ;

CONSIDÉRANT que l'absence de préparation technique perpétue des approches inadaptées, préjugées et re-victimisantes, compromettant l'efficacité des poursuites pénales et la confiance de la victime dans les institutions ;

CONSIDÉRANT que la formation spécialisée, en favorisant la compréhension de l'impact psychosocial du traumatisme et l'intégration de la perspective de genre, garantit la correcte application des normes protectrices, telles que la Loi Mariana Ferrer, et des lignes directrices du Protocole de Jugement avec Perspective de Genre du CNJ ;

CONSIDÉRANT que la Justice Militaire de l'Union nécessite une attention particulière, compte tenu de la singularité de sa juridiction, imposant l'harmonisation de ses pratiques avec le droit civil et pénal commun afin de garantir aux victimes un traitement digne, humain et effectif ;

PRÉROGATIVE 6. Abrogation immédiate du terme « femme honnête » du Code Pénal Militaire et autres instruments légaux :

Le maintien du terme « femme honnête » dans les dispositions du Code Pénal Militaire (Décret-Loi n° 1.001/1969) et dans tout autre instrument légal de l'ordre juridique brésilien est manifestement inconstitutionnel, car il viole frontalement les principes de dignité de la personne humaine (art. 1er, III), d'égalité de genre (art. 5, I), de non-discrimination et de laïcité de l'État, en établissant un jugement moralisateur et subjectif sur la conduite féminine comme critère de protection pénale, au détriment de la protection universelle de l'intégrité sexuelle et de la liberté individuelle de toutes les femmes. Il est donc impératif de supprimer immédiatement cette expression par voie législative, en cohérence avec les projets de loi en cours d'examen au Congrès National visant à mettre la législation pénale en conformité avec les standards constitutionnels et conventionnels des droits de l'homme.

CONSIDÉRANT que l'expression « femme honnête », encore présente dans le Code Pénal Militaire, représente un vestige de morale patriarcale incompatible avec l'État Démocratique de Droit et les droits fondamentaux ;

CONSIDÉRANT que conditionner la protection de la liberté sexuelle à l'évaluation morale de la victime crée des catégories discriminatoires, attribue une culpabilité indue et viole l'article 5 de la Constitution Fédérale, qui garantit l'égalité, l'inviolabilité de la dignité, la liberté et la protection contre les discriminations ;

CONSIDÉRANT que la protection pénale de la liberté sexuelle est un droit inhérent à toute personne, indépendamment du mode de vie ou de la conduite morale ;

CONSIDÉRANT que la suppression du terme n'est pas une simple mise à jour sémantique, mais un impératif constitutionnel pour éradiquer la violence de genre institutionnalisée et garantir la pleine protection de la dignité et de l'autonomie sexuelle des femmes ;

CONSIDÉRANT l'urgence de soutenir les projets de loi en cours d'examen au Congrès National destinés à harmoniser le Code Pénal Militaire avec les valeurs démocratiques et les engagements internationaux en matière de droits de l'homme ;

PRÉROGATIVE 7. Responsabilité éthique, administrative et disciplinaire des avocats pour des pratiques abusives et re-victimisantes, à la lumière de la Loi n° 14.245/2021 (Loi Mariana Ferrer) et du Statut de l'Avocat :

Établir que l'Ordre des Avocats du Brésil (OAB) assure un contrôle permanent et une enquête prompte, efficace et appropriée, dans le cadre administratif et disciplinaire, des comportements d'avocats et d'avocates qui, dans l'exercice professionnel, violent des devoirs éthiques en adoptant des stratégies abusives, offensantes ou déloyales, en particulier celles qui exposent, humilient, contraignent ou, de quelque manière que ce soit, promeuvent la re-victimisation de personnes victimes de violence, en violation du devoir d'urbanité, de la bonne foi professionnelle et des principes constitutionnels de dignité de la personne humaine.

CONSIDÉRANT que l'avocat, en tant qu'agent indispensable à l'administration de la justice, doit guider son action par la dignité, la loyauté, la bonne foi et le respect absolu des droits de l'homme ;

CONSIDÉRANT que les comportements qui exposent, humilient ou victimisent des personnes en situation de violence constituent une violence institutionnelle et utilisent le système judiciaire lui-même pour aggraver les vulnérabilités, compromettant l'intégrité de la procédure ;

CONSIDÉRANT que ces pratiques peuvent reproduire des dynamiques telles que le DARVO, niant la violence, attaquant la victime et inversant indûment les rôles d'agresseur et d'offensé ;

CONSIDÉRANT que la répression de ces comportements est indispensable pour protéger la victime, préserver l'éthique et la noblesse de la profession d'avocat, et garantir un procès équitable, humanisé et constitutionnellement adéquat ;

PRÉROGATIVE 8. Reconnaissance, prévention et répression de la violence numérique, du cyberharcèlement de masse et de la re-victimisation médiatique, avec responsabilisation des plateformes numériques et des médias :

Reconnaître la violence perpétrée dans les environnements numériques, y compris par des campagnes coordonnées d'attaques, d'exposition induite, de harcèlement en ligne et de diffusion massive de contenus offensants, comme une forme autonome de violence et de re-victimisation institutionnelle, exigeant une réponse étatique spécifique, immédiate et efficace, garantissant aux victimes de crimes – notamment de nature sexuelle – la protection intégrale de leur image, honneur, vie privée, données personnelles et informations sensibles dans l'environnement virtuel et médiatique.

CONSIDÉRANT la nécessité d'instituer des mécanismes rapides et efficaces pour l'identification, l'indisponibilité et la suppression des contenus illicites, offensants ou dégradants, ainsi que la responsabilité civile, administrative et pénale de ceux qui les produisent, diffusent, propulsent ou maintiennent accessibles, y compris la responsabilisation légale et éthique des plateformes numériques et des médias qui, par action ou omission, contribuent à la re-victimisation de personnes en situation de violence ;

CONSIDÉRANT l'exigence de politiques claires et transparentes de modération des contenus, la mise en place de canaux de signalement accessibles et efficaces, l'adoption de normes renforcées de diligence et d'éthique dans la couverture journalistique et institutionnelle, ainsi que la possibilité d'accorder des mesures de protection d'urgence dans les cas de violence numérique,

de cyberharcèlement et d'exposition médiatique indue de la victime ;

CONSIDÉRANT que la violence numérique constitue une extension des violences physique et psychologique, soumettant les victimes à des cycles continus d'humiliation publique, de persécution et de re-victimisation dans un environnement de large diffusion, de contrôle difficile et de fort potentiel de dommages ;

CONSIDÉRANT que l'environnement numérique et médiatique amplifie la propagation des contenus offensants, perpétue le traumatisme, élargit la portée de la violence et impose à l'État le devoir de structurer des réponses compatibles avec la rapidité, la capillarité et la complexité technologique des médias contemporains ;

CONSIDÉRANT que la protection contre la violence numérique, le cyberharcèlement et l'exposition médiatique indue est indispensable à la sauvegarde de la dignité de la personne humaine, de l'intimité, de la vie privée, de l'honneur, de l'image et de l'intégrité psychique des victimes ;

CONSIDÉRANT que les plateformes numériques et les médias jouent un rôle central dans la circulation de l'information et dans la formation de l'opinion publique, portant une responsabilité institutionnelle dans la prévention de la re-victimisation, l'atténuation des dommages et la protection des victimes ;

CONSIDÉRANT que l'absence de responsabilisation effective de ces acteurs favorise les pratiques sensationnalistes, la divulgation indue de données personnelles, l'exposition dégradante de la victime et la normalisation de discours re-victimisants ;

CONSIDÉRANT qu'il incombe au système judiciaire de développer des mécanismes spécialisés, coordonnés et efficaces pour prévenir, réprimer et réparer les dommages découlant de la violence numérique et médiatique, garantissant un environnement informationnel sûr, éthique et respectueux ;

CONSIDÉRANT que la présente prérogative est en harmonie avec les principes constitutionnels de dignité de la personne humaine, d'accès à la justice, de protection intégrale et d'interdiction de la re-victimisation, ainsi qu'avec les dispositions de la Loi n° 14.245/2021 (Loi Mariana Ferrer) et les standards internationaux des droits de l'homme, notamment en ce qui concerne la responsabilité sociale des médias et la couverture journalistique éthique et responsable ;

PRÉROGATIVE 9. Responsabilisation pour la persécution médiatique et protection de l'image de la victime :

Assurer la responsabilisation des médias et des agents médiatiques qui, dans la couverture journalistique de cas impliquant des victimes identifiables, pratiquent le sensationnalisme, des déformations, des pratiques stigmatisantes ou qui exposent indûment la personne offensée. Le respect de normes éthiques et de diligence est imposé, interdisant l'utilisation de qualificatifs moraux, le renforcement de stéréotypes ou la promotion de la culpabilisation de la victime. Est expressément interdite la diffusion d'images, de montages et de compositions graphiques associant, même symboliquement, la victime à l'agresseur, ou établissant tout lien visuel susceptible d'amplifier les violences symboliques, les humiliations ou les processus de re-victimisation ; la couverture doit privilégier la responsabilisation de l'agresseur et la diffusion d'informations strictement factuelles.

CONSIDÉRANT que la persécution médiatique et l'exposition induite de la victime constituent une grave violation des droits fondamentaux et une forme de re-victimisation secondaire, soumettant la personne offensée à des jugements moraux et à des transferts injustifiés de culpabilité ;

CONSIDÉRANT que ces comportements violent la dignité de la personne humaine (art. 1er, III, CF/88) et l'inviolabilité de l'intimité, de la vie privée, de l'honneur et de l'image (art. 5, X, CF/88) ;

CONSIDÉRANT que la liberté de la presse, bien qu'essentielle au régime démocratique, n'a pas un caractère absolu, trouvant ses limites dans les droits de la personnalité et l'interdiction de l'abus de droit ;

CONSIDÉRANT que la présente prérogative vise à harmoniser la liberté d'information avec le devoir de protection de la victime, en réprimant les pratiques médiatiques déshumanisantes et en garantissant un traitement éthique, responsable et conforme aux engagements internationaux et à l'Agenda 2030/ODD ;

PRÉROGATIVE 10. Formation technique et éthique des agents publics dans la lutte contre la violence institutionnelle :

Instituer des programmes de formation technique et éthique continue pour tous les agents publics qui, d'une manière ou d'une autre, interagissent avec des victimes de crimes, depuis le premier contact jusqu'au suivi post-procédural. La formation doit se concentrer sur l'écoute active, l'empathie, la compréhension du traumatisme, la prévention de la re-victimisation et l'application de protocoles garantissant une prise en charge digne, respectueuse et exempte de préjugés.

CONSIDÉRANT que la qualité de la prise en charge assurée par les agents publics est déterminante pour l'expérience de la victime au sein du système judiciaire et du réseau de soutien ;

CONSIDÉRANT que l'absence de préparation technique et éthique peut entraîner des approches insensibles et irrespectueuses qui perpétuent la souffrance, constituant une grave violence institutionnelle ;

CONSIDÉRANT qu'il est du devoir de l'État de s'assurer que tous les professionnels impliqués dans la prise en charge de la victime soient qualifiés pour offrir un accueil qualifié, digne et conforme aux lignes directrices des droits de l'homme ;

CONSIDÉRANT que la formation continue est essentielle pour la mise à jour des connaissances, la déconstruction des biais discriminatoires et la prévention des pratiques re-victimisantes ;

CONSIDÉRANT que ces mesures s'harmonisent avec la législation protectrice, notamment la Loi n° 14.245/2021 (Loi Mariana Ferrer), renforçant la nécessité d'une action étatique sensible, humanisée et exempte de stéréotypes de genre ;

PRÉROGATIVE 11. Mise en œuvre en Brésil de la nouvelle législation italienne « Loi sur le Consentement » :

Adopter, comme paramètre interprétatif et normatif fondamental pour la qualification des crimes contre la liberté sexuelle, le principe selon lequel tout acte de nature sexuelle est illicite lorsqu'il est dépourvu de consentement libre, éclairé, spécifique, préalable et révocable. Le consentement ne saurait être présumé du silence, de l'absence de réaction, de la passivité ou de tout état de vulnérabilité de la victime, la charge de la preuve de la résistance étant transférée vers la responsabilité active de l'auteur d'assurer l'expression non équivoque de la volonté.

CONSIDÉRANT que l'adaptation du système de justice pénale aux normes internationales les plus avancées de protection de la liberté et de l'intégrité sexuelles exige de surmonter les lacunes interprétatives présentes dans la législation pénale ;

CONSIDÉRANT que la centralité de la violence ou de la menace grave à l'article 213 du Code Pénal, sans prise en compte adéquate de l'absence de consentement, a permis la disqualification de cas où la victime ne manifeste pas de résistance active en raison d'une paralysie tonique, d'une dissociation, d'une peur insurmontable ou d'autres vulnérabilités ;

CONSIDÉRANT que des instruments internationaux, tels que la Convention d'Istanbul et la Convention de Belém do Pará, adoptent le paradigme selon lequel « seul le oui est un oui », reconnaissant le consentement comme élément central de la licéité de l'acte sexuel ;

CONSIDÉRANT que cette directive corrige des distorsions historiques, prévient la culpabilisation de la victime, renforce son autonomie sexuelle et favorise un jugement éthique, juste et sensible au traumatisme ;

CONSIDÉRANT que l'adoption de ce paradigme répond aux principes constitutionnels de dignité de la personne humaine (art. 1er, III), d'interdiction de traitements dégradants (art. 5, III) et de protection intégrale (art. 227), ainsi qu'à l'Agenda 2030 de l'ONU (ODD 5 et 16) ;

CONSIDÉRANT que déplacer le focus de la conduite de la victime vers la responsabilité active de l'agresseur renforce la protection intégrale et qualifie la réponse de l'État ;

PRÉROGATIVE 12. Transfert et reclassification du crime de viol :

Promouvoir le transfert du crime de viol du « Titre VI — Des Crimes Contre la Dignité Sexuelle » vers le « Titre I — Des Crimes Contre la Personne », avec la création consécutive du « Chapitre II-A — Des Crimes Contre l'Intégrité Physique, Psychologique et Sexuelle » au sein de ce titre, pour une meilleure allocation délictuelle et pour adapter la structure du Code Pénal à la gravité réelle du crime et aux impacts de la violence sexuelle.

CONSIDÉRANT que la violence sexuelle constitue une agression directe au cœur de la dignité humaine, atteignant simultanément l'intégrité physique, psychique et morale de la victime ;

CONSIDÉRANT que la classification actuelle du viol dans le Code Pénal ne reflète pas pleinement sa gravité multidimensionnelle, contribuant à des perceptions erronées et à des réponses étatiques insuffisantes ;

CONSIDÉRANT que la reclassification du viol comme crime contre la personne confère une cohérence systématique à l'ordre juridique et renforce la protection des victimes ;

CONSIDÉRANT que cette mesure représente un engagement envers la centralité de la dignité humaine et la priorité accordée à la sécurité et à l'intégrité de la personne offensée ;

CONSIDÉRANT que la classification systématique adéquate des types pénaux constitue un instrument de concrétisation du principe du procès équitable substantiel (art. 5, LIV, de la Constitution Fédérale), de la protection judiciaire effective et de la rationalité des poursuites pénales, influençant directement l'interprétation judiciaire, l'appréciation des preuves, la définition des politiques de poursuite et la centralité même de la victime dans le processus pénal ;

PRÉROGATIVE 13. Garantie de la continuité éducative et administrative pour les victimes en situation de détresse psychosociale résultant de la violence subie :

Instituer une disposition normative légale assurant à la victime, sur présentation d'un rapport psychiatrique et d'un bilan psychologique attestant un diagnostic de syndrome de panique, de stress post-traumatique, de dépression, de phobie sociale, d'anxiété généralisée ou de toute autre souffrance

france physique ou mentale empêchant le contact social, le droit de demander la réalisation d'activités éducatives en format distancié et l'octroi d'un service administratif différencié, aussi longtemps que l'état clinique persistera.

CONSIDÉRANT que la protection intégrale de la victime de violence sexuelle exige la garantie de ses droits fondamentaux à l'éducation, au travail et à la dignité de la personne humaine (art. 1er, III, et art. 6, CF/88) ;

CONSIDÉRANT que les traumatismes résultant de la violence peuvent rendre impossible la présence physique dans des environnements éducatifs ou administratifs, entraînant des interruptions injustifiées de la trajectoire de vie et perpétuant les vulnérabilités ;

CONSIDÉRANT que l'accès à des formats distanciés et à des adaptations administratives contribue à promouvoir l'autonomie, la continuité des études et la résilience de la victime ;

CONSIDÉRANT que la mesure est alignée sur l'Agenda 2030 de l'ONU (ODD 4 et 5) et la Convention de Belém do Pará, visant à éliminer les obstacles qui empêchent le plein développement de la personne ;

CONSIDÉRANT que la réalisation de ces garanties assure que la violence subie ne devienne pas un facteur d'exclusion ou de rupture des projets de vie de la victime ;

PRÉROGATIVE 14. Reconnaissance de l'équivalence avec le statut de personne handicapée pour les victimes de violence sexuelle et garantie des droits :

Instituer une disposition normative permettant la classification de la victime d'un crime sexuel comme personne handicapée, à condition que, lors d'une évaluation biopsychosociale réalisée par une équipe multiprofessionnelle et interdisciplinaire, soit reconnu un empêchement de longue durée (minimum 2 ans) de nature physique, mentale, intellectuelle ou sensorielle, lequel, en interaction avec des barrières sociales, peut entraver sa participation pleine et effective à la société dans des conditions d'égalité. Cette reconnaissance garantira l'accès aux droits et aux avantages inhérents à cette condition, y compris la réalisation d'activités éducatives en format distancié pendant la durée de la souffrance empêchant le contact physique, et le droit à la Prestation Continue (BPC) pour ceux qui démontrent ne pas avoir les moyens de subvenir à leurs besoins ni d'en bénéficier par leur famille.

CONSIDÉRANT que la violence sexuelle peut générer des séquelles physiques, mentales, intellectuelles ou sensorielles qui, en interaction avec des barrières sociales, constituent des empêchements de longue durée au sens de la Loi Brésilienne d'Inclusion (Loi n° 13.146/2015) ;

CONSIDÉRANT que ces empêchements peuvent justifier l'inclusion de la victime dans le concept de personne handicapée, lui garantissant une protection élargie et l'accès aux politiques de soutien ;

CONSIDÉRANT que l'accès à la Prestation Continue (BPC), prévue dans la LOAS (Loi n° 8.742/93), est essentiel pour les victimes qui démontrent une insuffisance de ressources, assurant leur subsistance et préservant leur dignité ;

CONSIDÉRANT que l'évaluation biopsychosociale prévue dans la LBI permet une analyse individualisée et humanisée de la situation de la victime ;

CONSIDÉRANT que la mesure est conforme à la Convention de l'ONU relative aux droits des personnes handicapées, qui a un statut constitutionnel, imposant à l'État le devoir de promouvoir l'inclusion et l'égalité des chances ;

PRÉROGATIVE 15. Mise en œuvre intégrée du Statut de la Victime :

Les Pouvoirs Législatif, Exécutif et Judiciaire, en collaboration institutionnelle avec le Ministère Public, la Défense Publique, l'Ordre des Avocats du Brésil et les organes d'assistance et de protection sociale, doivent garantir la mise en œuvre coordonnée, continue et prioritaire des politiques publiques prévues dans le Statut de la Victime (PL n° 3.890/2020), garantissant la pleine protection des droits des victimes de crimes, d'infractions, de calamités et de catastrophes, conformément aux principes constitutionnels de dignité de la personne humaine, de protection intégrale, d'accès à la justice et d'interdiction de la re-victimisation, tels que définis par la Loi Mariana Ferrer (14.245/21).


CONSIDÉRANT que l'inexistence de politiques publiques articulées et la fragmentation institutionnelle empêchent la concrétisation des droits garantis aux victimes, transformant les dispositions légales en droits purement formels ;

CONSIDÉRANT que le Statut de la Victime constitue un cadre structurant de protection intégrale, aligné sur les articles 1er, III, et 5 de la Constitution, ainsi que sur des législations telles que la Loi Maria da Penha, la Loi Mariana

Ferrer et la Loi sur l'Écoute Spécialisée ;

CONSIDÉRANT qu'il appartient à l'État de mettre en œuvre des politiques transversales, continues et coopératives pour garantir une information adéquate, une prise en charge psychosociale, une participation procédurale effective et l'élimination de la re-victimisation ;

CONSIDÉRANT que l'approbation et la pleine exécution du Statut de la Victime sont des mesures urgentes pour transformer les garanties normatives en instruments réels et opérationnels de protection des droits fondamentaux ;

Documento assinado digitalmente
 **MARIANA BORGES FERRER FERREIRA**
Data: 13/02/2026 17:12:18-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

MARIANA BORGES FERRER FERREIRA

Présidente du Forum International du Droit des Victimes (INTERVID)
Coordinatrice de la Charte des Prérogatives pour les Victimes

Carta delle prerogative per le vittime (2025)

La presente Carta riunisce prerogative strutturate in formato di linee guida, elaborate dal **Forum Internazionale del Diritto delle Vittime**, nell'ambito del Gruppo di Lavoro istituito dal **Nexo Governamental**, progetto di estensione universitaria collegato all'**Università di São Paulo — USP**. Le suddette prerogative sono state approvate all'unanimità nella Sessione Deliberativa della Commissione Esecutiva, tenutasi il 27 novembre 2025, presso l'**Ordine degli Avvocati del Brasile — Sezione Distretto Federale**, e saranno adottate da organi nazionali e internazionali attraverso la conclusione di accordi di cooperazione tecnica e/o altri strumenti equivalenti, garantendone l'adeguata attuazione ed effettività, nel rispetto delle competenze e delle capacità istituzionali di ciascun ente partecipante.

Presidenza. MARIANA BORGES FERRER FERREIRA
Patrona. MARIA DA PENHA FERNANDES

APOIO
INSTITUCIONAL



UNIVERSITÀ DEGLI STUDI
DELL'INSUBRIA



PODER
JUDICIÁRIO
DE ALAGOAS



STM
SUPERIOR TRIBUNAL
MILITAR



JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região



DISTRITO FEDERAL 65
ANOS



CÂMARA DOS
DEPUTADOS



Associação de amizade
Italia-Brasil
Associação de amizade

PORTAL DA
JUSTIÇA FEDERAL
DA 5ª REGIÃO



JFAL

JUSTIÇA FEDERAL
EM ALAGOAS



NACIONAL



IMP
INSTITUTO
MARIA DA PENHA



MINAS GERAIS

UNIR PARA
AVANÇAR
FORTE E PRESENTE



SUN
odontologia



DEFENSORIA PÚBLICA
DISTRITO FEDERAL

REALIZADOR
OFICIAL



próvitima
INSTITUTO BRASILEIRO DE ATENDIMENTO
E APOIO INTEGRAL ÀS VÍTIMAS

Commissione Esecutiva. ADALGIZA AGUIAR (MPDFT), AMINI HADDAD CAMPOS (STM), ANA CAROLINA DE FREITAS OSÓRIO (PRÓ-VÍTIMA), ANA ELISA BECHARA (USP), ANA TEREZA GIACOMINI (MPMG), BEATRIZ CANEDO (IDP), CAIO NUNES DE BARROS (TJAL), CAMILA RUFATO DUARTE (DIREITO.DELA), CAROLINA SAMPAIO VALÕES (TJAL), CATHARINA ORBAGE DE BRITTO TAQUARY BERINO (FPMB), CELESTE LEITE DOS SANTOS (MPSP), CLARISSA NEPOMUCENO SOARES (ADVOCACIA), CRISTINA LOPES AFONSO (ALEGO), DELZIRA BALDOIDO (MPMG), ELIANE AUGUSTA DE MENEZES ACIOLY (TJAL), ENEIDA ORBAGE DE BRITTO TAQUARY (FPMB), FÁBIO PORTA (CONGRESSO ITALIANO), GISELE FERREIRA (GDF), GUILHERME FELICIANO (CNJ), GUSTAVO CHALFUN (OAB-MG), IONE MARIA MOREIRA DIAS BARBOSA (CONGRESSO NACIONAL), IRANY VIDIGAL POUBEL (ARTISTA PLÁSTICA), IVANA FARINA NAVARRETE PENA (MPGO), JAQUELINE FERREIRA GONTIJO (MPDFT), JARBAS SOARES JÚNIOR (MPMG), KÁTIA HERMINIA RONCADA (TRF3), LUCIANA TRINDADE (PSB), LUCIANE GOMES (CNJ), MANOEL JORGE E SILVA (MPT), MÁRCIO BARBOSA MAIA (TRF1), MARCIA ANTUNES (PGE), MARIA BERENICE DIAS (IBDFAM), MARIA HELENA MALLMANN (TST), MARIA JÚLIA POLETINE ADVINCULA (OBSERVÁTORIO.GICS), MARTA LÍVIA SUPPLY (VIRADA.FEMININA), MELINA GIRARDI FACHIN (UFPR), MORGANA DE ALMEIDA RICHIA (TST), NATHÁLYA OLIVEIRA ANANIAS (ADVOCACIA), NILDETE SANTANA DE OLIVEIRA (OAB-DF), RAFAELA RIBEIRO MITRE (DFP-DF), REGILENE SIQUEIRA (PCDFT), VIVIAN CRISTIANE EISENBERG DE ALMEIDA (TJPR).

Commissione Organizzatrice. Studenti del NEXO GOVERNAMENTAL — USP: GABRIELLE SANTANA HELLINGER, GABRIELLY DELL ISOLA NEPOMUCENO, GISELA DE JESUS DOS SANTOS, ISABELLE FREITAS, JONATA MATHEUS DE SOUZA SIQUEIRA MALAQUIAS, LANNA NICELY MATIAS PERALTA, LOUISE LETICIA WANZELER, LUIS FERNANDO DE JESUS RIBEIRO, LUIZA MARIA JANUARIO, SILVIA NOGUEIRA, SOPHIA MORKS.

LE PREROGATIVE

PREROGATIVA 1. Tribunali e procure specializzate in crimini sessuali extrafamiliari:

Istituire tribunali e procure della Repubblica specializzati nel trattamento e nel giudizio dei reati contro la dignità sessuale commessi al di fuori della fattispecie di violenza domestica e familiare. In attesa dell'istituzione dei tribunali e delle procure specializzate, quelli già esistenti devono disporre di équipe tecniche multidisciplinari, periodicamente formate sulla violenza sessuale, per garantire un'assistenza umanizzata, qualificata e accessibile, preservando l'integrità fisica, psichica, morale ed emotiva delle vittime, nel rispetto dei protocolli tecnici operativi per vietare la violenza istituzionale, ai sensi della Legge Mariana Ferrer e dell'interpretazione dell'ADPF 1.107.

CONSIDERANDO che la Legge n. 14.245/2021 (Legge Mariana Ferrer) ha istituito parametri normativi vincolanti di protezione della dignità della vittima, vietando pratiche vessatorie, umilianti, di squalificazione morale, di colpevolizzazione e qualsiasi altra forma di violenza istituzionale, imponendo agli organi del sistema giudiziario l'operato di professionisti adeguatamente formati per comprendere le dinamiche neurobiologiche, psicologiche e comportamentali del trauma derivante dalla violenza sessuale;

CONSIDERANDO che la specializzazione evita errori di qualificazione derivanti da confusione normativa, in particolare la classificazione inadeguata di reati sessuali extrafamiliari come situazioni di relazione domestica, affettiva o familiare – elementi frequentemente assenti che compromettono la corretta applicazione della legislazione penale e processuale;

CONSIDERANDO che i tribunali ordinari, di regola, non dispongono di continuità processuale, tempo adeguato, formazione specifica, sensibilità per decostruire gli stereotipi di genere né del coordinamento interdisciplinare necessario per la corretta gestione dei casi di violenza sessuale;

CONSIDERANDO che i tribunali specializzati garantiscono l'applicazione sistematica di protocolli di audizione protetta e umanizzata, la comprensione di fenomeni quali il congelamento traumatico, la dissociazione e il disturbo da stress post-traumatico, nonché il coordinamento continuo con la rete di protezione psicosociale, preservando l'integrità emotiva e psichica della vittima ed evitando audizioni multiple;

CONSIDERANDO che la specializzazione garantisce un'assistenza universale, accessibile e inclusiva, che comprende vittime con disabilità, persone in situazione di vulnerabilità, vittime straniere o con barriere linguistiche e culturali;

CONSIDERANDO che tale misura è conforme agli impegni internazionali assunti dal Brasile nella protezione delle vittime di violenza sessuale e ai principi costituzionali di dignità della persona umana, protezione integrale, uguaglianza di genere, accesso alla giustizia e divieto di rivittimizzazione;

PREROGATIVA 2. Misure protettive urgenti per vittime al di fuori del contesto domestico e familiare:

Includere nella Legge n. 14.245/2021 (Legge Mariana Ferrer) una disposizione che preveda espressamente la possibilità di concedere misure protettive urgenti alle vittime di reati sessuali e atti illeciti commessi al di fuori del contesto di violenza domestica e familiare. Tale previsione deve garantire protezione immediata e adeguata alla vittima, anche quando l'aggressore non abbia un legame affettivo, familiare o domestico con l'offesa, quando vi sia la sola presenza di una minaccia reale, senza la necessità di provare un legame preesistente.

CONSIDERANDO che la previsione di misure protettive urgenti nella Legge Mariana Ferrer costituisce uno strumento essenziale per garantire protezione immediata alle vittime di reati sessuali commessi al di fuori della sfera domestica e familiare;

CONSIDERANDO che il caso Mariana Ferrer ha messo in evidenza gravi lacune nell'accesso a tali misure, in particolare perché la vittima, essendo stata drogata e avendo perso la memoria dei fatti, non ha potuto identificare l'autore, rendendo impossibile l'applicazione della Legge Maria da Penha e, di conseguenza, l'accesso alle misure protettive previste dalla legislazione vigente;

CONSIDERANDO che in situazioni di questa natura, l'identificazione dell'aggressore dipende esclusivamente dall'indagine tecnica, peritale e documentale, il che rafforza la necessità di meccanismi di protezione indipendenti dall'esistenza di un legame familiare, domestico o affettivo;

CONSIDERANDO che la concessione di misure protettive senza presupporre una relazione tra vittima e aggressore è indispensabile per evitare qualificazioni inadeguate, prevenire rivittimizzazioni istituzionali e garantire il ri-

spetto delle specificità giuridiche e psicosociali delle vittime di reati sessuali extrafamiliari;

CONSIDERANDO che la creazione di misure protettive specifiche per i reati sessuali extrafamiliari risponde alla natura distinta di questi crimini, garantendo certezza giuridica, rafforzando l'azione preventiva dello Stato e promuovendo assistenza e protezione efficaci alle sopravvissute;

PREROGATIVA 3. Formazione specializzata e struttura multidisciplinare in materia di violenza sessuale:

Garantire la formazione continua e obbligatoria dei membri del sistema giudiziario e della sicurezza pubblica, con enfasi sulla formazione tecnico-giuridica e psicosociale specializzata per i reati sessuali e gli illeciti analoghi, nonché istituire strutture istituzionali adeguate e équipes multidisciplinari qualificate, nel rispetto dei principi costituzionali di dignità umana, protezione integrale, priorità assoluta e divieto di rivittimizzazione (Legge Mariana Ferrer), garantendo un'assistenza umanizzata ed efficace.

CONSIDERANDO che la qualificazione professionale continua, ancorata agli artt. 1, III, e 227 della Costituzione Federale, costituisce uno strumento indispensabile per mitigare le rivittimizzazioni, combattere gli stereotipi istituzionali e garantire procedure celeri, sensibili e adeguate alle vittime vulnerabili;

CONSIDERANDO che la formazione specializzata e l'implementazione di équipes multidisciplinari armonizzano l'azione istituzionale con gli standard internazionali dei diritti umani e con gli impegni assunti dallo Stato brasiliano nell'ambito dell'Agenda 2030 dell'ONU;

CONSIDERANDO che tali misure danno effetto concreto al dovere dello Stato di proteggere l'integrità fisica, psichica e morale delle vittime e rafforzano l'accesso effettivo alla giustizia, prevenendo pratiche rivittimizzanti e garantendo un'assistenza umanizzata e non discriminatoria;

PREROGATIVA 4. Divieto e criminalizzazione della violenza processuale e delle tattiche offensive DARVO:

Istituire meccanismi normativi per identificare, prevenire e vietare espressamente la violenza processuale – compresa la pratica del DARVO (acronimo di Deny, Attack, Reverse Victim and Offender, che significa negare i fatti, attaccare la vittima e invertire i ruoli di offensore e offeso) – in ambito

giudiziale o stragiudiziale. Tali condotte, che mirino a intimidire, umiliare, costringere o rivittimizzare l'offesa attraverso la sua vita privata, il suo comportamento o gli stereotipi, dovranno essere soggette a responsabilità civile, amministrativa, disciplinare e penale degli agenti coinvolti, con previsione di sanzioni specifiche, fatti salvi i reati penali vigenti.

CONSIDERANDO che la violenza processuale e pratiche come il DARVO (Deny, Attack, Reverse Victim and Offender), strumentalizzando il sistema giudiziario per negare i fatti, attaccare la vittima e invertire i ruoli di aggressore e aggredito, configurano una grave forma di rivittimizzazione istituzionale;

CONSIDERANDO che tali condotte violano la dignità della persona umana (art. 1, III, CF/88), l'uguaglianza (art. 5, I), il divieto di trattamenti degradanti (art. 5, III) e l'accesso alla giustizia (art. 5, XXXV), oltre a fragilizzare la protezione delle donne vittime di violenza (art. 226, § 8, CF/88);

CONSIDERANDO che la Legge n. 14.245/2021 (Legge Mariana Ferrer) richiede un'espansione normativa per criminalizzare e scoraggiare l'uso abusivo del potere giudiziario come forma di ritorsione, in linea con l'Agenda 2030 dell'ONU (OSS 5 e 16) e con i trattati internazionali sui diritti umani;

CONSIDERANDO che la repressione di tali pratiche è essenziale per garantire procedimenti etici, centrati sulla vittima e compatibili con i principi costituzionali e internazionali di protezione;

PREROGATIVA 5. Formazione qualificata e obbligatoria sulla violenza di genere, con focus sulla Giustizia Militare dell'Unione:

Istituire e garantire la formazione periodica e obbligatoria di tutti i membri del Sistema Giudiziario e del Sistema di Sicurezza Pubblica, con intervento specializzato nel contrasto alla violenza contro le donne, compresi i reati sessuali e gli illeciti correlati. Questa formazione dovrà coprire gli aspetti tecnico-giuridici, psicosociali, di genere e di diritti umani, con enfasi sulla comprensione del trauma, l'ascolto specializzato e l'adozione di protocolli che garantiscano un'assistenza umanizzata e priva di rivittimizzazione. In particolare, la formazione dovrà essere indirizzata alla Giustizia Militare dell'Unione, mirando alla precisa applicazione della Legge n. 14.245/2021 (Legge Mariana Ferrer), della Giustizia Riparativa e del Protocollo di Giudizio con Prospettiva di Genere del Consiglio Nazionale di Giustizia (CNJ) nei suoi procedimenti e giudizi.

CONSIDERANDO che la formazione continua e obbligatoria degli agenti del Sistema Giudiziario e del Sistema di Sicurezza Pubblica è imprescindibile per la realizzazione dei principi costituzionali di dignità umana, protezione integrale e divieto di rivittimizzazione;

CONSIDERANDO che la mancanza di preparazione tecnica perpetua approcci inadeguati, pregiudizievoli e rivittimizzanti, compromettendo l'efficacia dell'azione penale e la fiducia della vittima nelle istituzioni;

CONSIDERANDO che la formazione specializzata, promuovendo la comprensione dell'impatto psicosociale del trauma e l'incorporazione della prospettiva di genere, garantisce la corretta applicazione delle norme di tutela, quali la Legge Mariana Ferrer, e delle linee guida del Protocollo di Giudizio con Prospettiva di Genere del CNJ;

CONSIDERANDO che la Giustizia Militare dell'Unione richiede un'attenzione specifica, data la singolarità della sua giurisdizione, imponendo l'armonizzazione delle sue pratiche con il diritto civile e penale comune per garantire alle vittime un trattamento dignitoso, umano ed efficace;

PREROGATIVA 6. Abrogazione immediata del termine “donna onesta” dal Codice Penale Militare e da altri strumenti legislativi:

Il mantenimento del termine “donna onesta” nelle disposizioni del Codice Penale Militare (Decreto-Legge n. 1.001/1969) e in qualsiasi altro strumento legislativo dell'ordinamento giuridico brasiliano è manifestamente incostituzionale, poiché viola frontalmente i principi di dignità della persona umana (art. 1, III), uguaglianza di genere (art. 5, I), non discriminazione e laicità dello Stato, stabilendo un giudizio moralistico e soggettivo sulla condotta femminile come criterio per la protezione penale, a scapito della protezione universale dell'integrità sessuale e della libertà individuale di tutte le donne. Si impone pertanto la soppressione legislativa immediata di tale espressione, in coerenza con i disegni di legge in corso di esame presso il Congresso Nazionale volti ad adeguare la legislazione penale agli standard costituzionali e convenzionali dei diritti umani.

CONSIDERANDO che l'espressione “donna onesta”, ancora presente nel Codice Penale Militare, rappresenta un residuo di moralità patriarcale incompatibile con lo Stato Democratico di Diritto e con i diritti fondamentali;

CONSIDERANDO che subordinare la protezione della libertà sessuale alla

valutazione morale della vittima crea categorie discriminatorie, attribuisce una colpa indebita e viola l'art. 5 della Costituzione Federale, che garantisce uguaglianza, inviolabilità della dignità, libertà e protezione contro le discriminazioni;

CONSIDERANDO che la tutela penale della libertà sessuale è un diritto inerente a ogni persona, indipendentemente dallo stile di vita o dalla condotta morale;

CONSIDERANDO che la soppressione del termine non è un mero aggiornamento semantico, bensì un imperativo costituzionale per eradicare la violenza di genere istituzionalizzata e garantire la piena protezione della dignità e dell'autonomia sessuale delle donne;

CONSIDERANDO l'urgenza di sostenere i disegni di legge in corso di esame presso il Congresso Nazionale, volti ad armonizzare il Codice Penale Militare con i valori democratici e gli impegni internazionali in materia di diritti umani;

PREROGATIVA 7. Responsabilità etica, amministrativa e disciplinare dell'avvocatura per pratiche abusive e rivittimizzanti, alla luce della Legge n. 14.245/2021 (Legge Mariana Ferrer) e dello Statuto dell'Avvocatura:

Stabilire che l'Ordine degli Avvocati del Brasile (OAB) promuova la vigilanza permanente e l'accertamento celere, efficace e adeguato, in sede amministrativa e disciplinare, delle condotte di avvocate e avvocati che, nell'esercizio professionale, violino doveri etici adottando strategie abusive, offensive o sleali, in particolare quelle che espongono, umiliano, costringono o, in qualsiasi modo, promuovano la rivittimizzazione di persone in situazione di violenza, in violazione del dovere di correttezza, della buona fede professionale e dei principi costituzionali di dignità della persona umana.

CONSIDERANDO che l'avvocato, in quanto agente indispensabile nell'amministrazione della giustizia, deve orientare la propria azione secondo dignità, lealtà, buona fede e assoluto rispetto dei diritti umani;

CONSIDERANDO che le condotte che espongono, umiliano o vittimizzano persone in situazione di violenza costituiscono violenza istituzionale e usano il sistema giudiziario stesso per aggravare le vulnerabilità, compromettendo l'integrità del procedimento;

CONSIDERANDO che tali pratiche possono riprodurre dinamiche come il DARVO, negando la violenza, attaccando la vittima e invertendo indebitamente i ruoli di aggressore e offeso;

CONSIDERANDO che la repressione di questi comportamenti è indispensabile per proteggere la vittima, preservare l'etica e la nobiltà dell'avvocatura e garantire un processo equo, umanizzato e costituzionalmente adeguato;

PREROGATIVA 8. Riconoscimento, prevenzione e repressione della violenza digitale, del cyberstalking di massa e della rivittimizzazione mediatica, con responsabilizzazione delle piattaforme digitali e dei mezzi di comunicazione:

Riconoscere la violenza perpetrata in ambienti digitali, anche attraverso campagne coordinate di attacchi, esposizione indebita, molestie online e diffusione massiva di contenuti offensivi, come forma autonoma di violenza e di rivittimizzazione istituzionale, che richiede una risposta statale specifica, immediata ed efficace, garantendo alle vittime di reati – in particolare di natura sessuale – la protezione integrale della loro immagine, onore, riservatezza, dati personali e informazioni sensibili nell'ambiente virtuale e mediatico.

CONSIDERANDO la necessità di istituire meccanismi rapidi ed efficaci per l'identificazione, l'indisponibilità e la rimozione di contenuti illeciti, offensivi o degradanti, nonché la responsabilità civile, amministrativa e penale di chi li produca, diffonda, amplifichi o mantenga accessibili, inclusa la responsabilizzazione legale ed etica delle piattaforme digitali e dei mezzi di comunicazione che, per azione od omissione, contribuiscano alla rivittimizzazione di persone in situazione di violenza;

CONSIDERANDO la necessità di politiche chiare e trasparenti di moderazione dei contenuti, l'implementazione di canali di segnalazione accessibili ed efficienti, l'adozione di standard rafforzati di diligenza e di etica nella copertura giornalistica e istituzionale, nonché la possibilità di concedere misure protettive urgenti nei casi di violenza digitale, cyberstalking ed esposizione mediatica indebita della vittima;

CONSIDERANDO che la violenza digitale costituisce un'estensione delle violenze fisica e psicologica, sottoponendo le vittime a cicli continui di umiliazione pubblica, persecuzione e rivittimizzazione in un ambiente di ampia

diffusione, difficile controllo ed elevato potenziale di danno;

CONSIDERANDO che l'ambiente digitale e mediatico amplifica la propagazione di contenuti offensivi, perpetua il trauma, estende la portata della violenza e impone allo Stato il dovere di strutturare risposte compatibili con la velocità, la capillarità e la complessità tecnologica dei media contemporanei;

CONSIDERANDO che la protezione contro la violenza digitale, il cyberstalking e l'esposizione mediatica indebita è indispensabile per salvaguardare la dignità della persona umana, l'intimità, la vita privata, l'onore, l'immagine e l'integrità psichica delle vittime;

CONSIDERANDO che le piattaforme digitali e i mezzi di comunicazione svolgono un ruolo centrale nella circolazione delle informazioni e nella formazione dell'opinione pubblica, avendo una responsabilità istituzionale nella prevenzione della rivittimizzazione, nella mitigazione dei danni e nella protezione delle vittime;

CONSIDERANDO che l'assenza di responsabilizzazione effettiva di questi soggetti favorisce pratiche sensazionalistiche, la divulgazione indebita di dati personali, l'esposizione degradante della vittima e la normalizzazione di discorsi rivittimizzanti;

CONSIDERANDO che spetta al sistema giudiziario sviluppare meccanismi specializzati, coordinati ed efficaci per prevenire, reprimere e riparare i danni derivanti dalla violenza digitale e mediatica, garantendo un ambiente informativo sicuro, etico e rispettoso;

CONSIDERANDO che la presente prerogativa si armonizza con i principi costituzionali di dignità della persona umana, accesso alla giustizia, protezione integrale e divieto di rivittimizzazione, nonché con i comandi della Legge n. 14.245/2021 (Legge Mariana Ferrer) e con gli standard internazionali dei diritti umani, anche con riferimento alla responsabilità sociale dei media e alla copertura giornalistica etica e responsabile;

PREROGATIVA 9. Responsabilizzazione per la persecuzione mediatica e protezione dell'immagine della vittima:

Assicurare la responsabilizzazione dei mezzi di comunicazione e degli agenti mediatici che, nella copertura giornalistica di casi che coinvolgono vittime identificabili, adottino pratiche sensazionalistiche, distorte, stigmatizzanti o che esponano indebitamente la persona offesa. Si impone il rispetto di standard etici e di diligenza, vietando l'uso di qualificatori morali,

il rafforzamento di stereotipi o la promozione della colpevolizzazione della vittima. È espressamente vietata la pubblicazione di immagini, montaggi e composizioni grafiche che associno, anche simbolicamente, la vittima all'aggressore, o che stabiliscano qualsiasi legame visivo che amplifichi le violenze simboliche, le umiliazioni o i processi di rivittimizzazione; la copertura deve privilegiare la responsabilizzazione dell'aggressore e la diffusione di informazioni strettamente fattuali.

CONSIDERANDO che la persecuzione mediatica e l'esposizione indebita della vittima costituiscono una grave violazione dei diritti fondamentali e una forma di rivittimizzazione secondaria, sottoponendo la persona offesa a giudizi morali e a trasferimenti indebiti di colpa;

CONSIDERANDO che tali condotte violano la dignità della persona umana (art. 1, III, CF/88) e l'inviolabilità dell'intimità, della vita privata, dell'onore e dell'immagine (art. 5, X, CF/88);

CONSIDERANDO che la libertà di stampa, pur essendo essenziale al regime democratico, non ha carattere assoluto, trovando limiti nei diritti della personalità e nel divieto di abuso del diritto;

CONSIDERANDO che la presente prerogativa mira ad armonizzare la libertà di informazione con il dovere di protezione della vittima, reprimendo le pratiche mediatiche disumanizzanti e garantendo un trattamento etico, responsabile e conforme agli impegni internazionali e all'Agenda 2030/OSS;

PREROGATIVA 10. Formazione tecnica ed etica per gli agenti pubblici nel contrasto alla violenza istituzionale:

Istituire programmi di formazione tecnica ed etica continua per tutti gli agenti pubblici che, in qualsiasi modo, interagiscano con vittime di reati, dall'iniziale contatto fino al follow-up post-processuale. La formazione deve concentrarsi sull'ascolto attivo, l'empatia, la comprensione del trauma, la prevenzione della rivittimizzazione e l'applicazione di protocolli che garantiscano un'assistenza dignitosa, rispettosa e priva di pregiudizi.

CONSIDERANDO che la qualità dell'assistenza prestata dagli agenti pubblici è determinante per l'esperienza della vittima nel sistema giudiziario e nella rete di sostegno;

CONSIDERANDO che la mancanza di preparazione tecnica ed etica può tradursi in approcci insensibili e irrispettosi che perpetuano la sofferenza, configurando una grave violenza istituzionale;

CONSIDERANDO che è dovere dello Stato garantire che tutti i professionisti coinvolti nell'assistenza alla vittima siano qualificati per offrire un'accoglienza qualificata, dignitosa e allineata alle linee guida dei diritti umani;

CONSIDERANDO che la formazione continua è essenziale per l'aggiornamento delle conoscenze, la decostruzione dei pregiudizi discriminatori e la prevenzione delle pratiche rivittimizzanti;

CONSIDERANDO che tali misure si armonizzano con la legislazione protettiva, in particolare la Legge n. 14.245/2021 (Legge Mariana Ferrer), rafforzando la necessità di un'azione statale sensibile, umanizzata e priva di stereotipi di genere;

PREROGATIVA 11. Implementazione in Brasile della nuova legislazione italiana 'Legge sul Consenso':

Adottare, come parametro interpretativo e normativo fondamentale per la configurazione dei reati contro la libertà sessuale, il principio secondo cui qualsiasi atto di natura sessuale è illecito quando privo di consenso libero, informato, specifico, preventivo e revocabile. Il consenso non potrà essere presunto dal silenzio, dall'assenza di reazione, dalla passività o da qualsiasi stato di vulnerabilità della vittima, spostando l'onere della prova della resistenza verso la responsabilità attiva dell'agente di assicurare la manifestazione inequivocabile della volontà.

CONSIDERANDO che l'adeguamento del sistema di giustizia penale agli standard internazionali più avanzati di protezione della libertà e dell'integrità sessuale richiede il superamento delle lacune interpretative presenti nella legislazione penale;

CONSIDERANDO che la centralità della violenza o della minaccia grave nell'art. 213 del Codice Penale, senza adeguata ponderazione dell'assenza di consenso, ha consentito la squalificazione di casi in cui la vittima non manifesta resistenza attiva a causa di paralisi tonica, dissociazione, paura insuperabile o altre vulnerabilità;

CONSIDERANDO che strumenti internazionali, quali la Convenzione di Istanbul e la Convenzione di Belém do Pará, adottano il paradigma secondo cui "solo il sì è sì", riconoscendo il consenso come elemento centrale per la liceità dell'atto sessuale;

CONSIDERANDO che questa direttiva corregge distorsioni storiche, previene la colpevolizzazione della vittima, rafforza la sua autonomia sessuale

e promuove un giudizio etico, equo e sensibile al trauma;

CONSIDERANDO che l'adozione di questo paradigma risponde ai principi costituzionali di dignità della persona umana (art. 1, III), divieto di trattamenti degradanti (art. 5, III) e protezione integrale (art. 227), nonché all'Agenda 2030 dell'ONU (OSS 5 e 16);

CONSIDERANDO che spostare il focus dalla condotta della vittima alla responsabilità attiva dell'aggressore rafforza la protezione integrale e qualifica la risposta dello Stato;

PREROGATIVA 12. Trasferimento e riclassificazione del reato di stupro:

Promuovere il trasferimento del reato di stupro dal “Titolo VI — Dei Reati Contro la Dignità Sessuale” al “Titolo I — Dei Reati Contro la Persona”, con la successiva creazione del “Capitolo II-A — Dei Reati Contro l'Integrità Fisica, Psicologica e Sessuale” all'interno di questo titolo, per una migliore allocazione delittuosa e per adeguare la struttura del Codice Penale alla reale gravità del reato e agli impatti della violenza sessuale.

CONSIDERANDO che la violenza sessuale costituisce un'aggressione diretta al nucleo della dignità umana, colpendo simultaneamente l'integrità fisica, psichica e morale della vittima;

CONSIDERANDO che l'attuale classificazione dello stupro nel Codice Penale non riflette pienamente la sua gravità multidimensionale, contribuendo a percezioni erranee e a risposte statali insufficienti;

CONSIDERANDO che la riclassificazione dello stupro come reato contro la persona conferisce coerenza sistematica all'ordinamento giuridico e rafforza la protezione delle vittime;

CONSIDERANDO che tale misura rappresenta un impegno verso la centralità della dignità umana e la priorità della sicurezza e dell'integrità della persona offesa;

CONSIDERANDO che la corretta classificazione sistematica delle fattispecie penali costituisce uno strumento di realizzazione del giusto processo sostanziale (art. 5, LIV, della Costituzione Federale), della tutela giudiziaria effettiva e della razionalità dell'azione penale, influenzando direttamente l'interpretazione giudiziaria, la valutazione della prova, la definizione delle politiche di perseguibilità e la stessa centralità della vittima nel processo penale;

PREROGATIVA 13. Garanzia di continuità educativa e amministrativa per le vittime in situazione di disagio psicosociale derivante dalla violenza subita:

Istituire una previsione normativa legale che assicuri alla vittima, previa presentazione di una relazione psichiatrica e di una valutazione psicologica che attestino una diagnosi di sindrome da panico, disturbo da stress post-traumatico, depressione, fobia sociale, ansia generalizzata o altra sofferenza fisica o mentale che impedisca il contatto sociale, il diritto di richiedere lo svolgimento di attività educative in formato a distanza e la concessione di un'assistenza amministrativa differenziata, per tutto il periodo in cui persista il quadro clinico.

CONSIDERANDO che la protezione integrale della vittima di violenza sessuale richiede la garanzia dei suoi diritti fondamentali all'istruzione, al lavoro e alla dignità della persona umana (art. 1, III, e art. 6, CF/88);

CONSIDERANDO che i traumi derivanti dalla violenza possono rendere impossibile la presenza fisica in ambienti educativi o amministrativi, causando interruzioni indebite nel percorso di vita e perpetuando le vulnerabilità;

CONSIDERANDO che l'accesso a formati a distanza e agli adattamenti amministrativi contribuisce a promuovere l'autonomia, la continuità degli studi e la resilienza della vittima;

CONSIDERANDO che la misura è allineata all'Agenda 2030 dell'ONU (OSS 4 e 5) e alla Convenzione di Belém do Pará, mirando a eliminare le barriere che impediscono il pieno sviluppo della persona;

CONSIDERANDO che l'effettivazione di queste garanzie assicura che la violenza subita non diventi un fattore di esclusione o di rottura dei progetti di vita della vittima;

PREROGATIVA 14. Riconoscimento dell'equiparazione alla condizione di persona con disabilità per le vittime di violenza sessuale e garanzia dei diritti:

Istituire una previsione normativa che consenta l'inquadramento della vittima di reato sessuale nella condizione di persona con disabilità, a condizione che, in una valutazione biopsicosociale effettuata da un'équipe multiprofessionale e interdisciplinare, sia riconosciuto un impedimento di lunga durata (minimo 2 anni) di natura fisica, mentale, intellettuale o sensoriale,

il quale, in interazione con le barriere sociali, possa ostruire la sua piena ed effettiva partecipazione alla società in condizioni di uguaglianza. Tale riconoscimento garantirà l'accesso ai diritti e alle prestazioni inerenti a questa condizione, inclusa la possibilità di svolgere attività educative in formato a distanza durante il perdurare della sofferenza che impedisca il contatto fisico, e il diritto all'Assegno di Inclusione (BPC) per coloro che dimostrino di non avere i mezzi per provvedere al proprio mantenimento né di poterli ottenere dalla propria famiglia.

CONSIDERANDO che la violenza sessuale può generare sequele fisiche, mentali, intellettuali o sensoriali che, in interazione con le barriere sociali, costituiscono impedimenti di lunga durata ai sensi della Legge Brasiliana di Inclusione (Legge n. 13.146/2015);

CONSIDERANDO che tali impedimenti possono giustificare l'inclusione della vittima nel concetto di persona con disabilità, garantendole una protezione ampliata e l'accesso alle politiche di sostegno;

CONSIDERANDO che l'accesso all'Assegno di Inclusione (BPC), previsto dalla LOAS (Legge n. 8.742/93), è essenziale per le vittime che dimostrino insufficienza economica, assicurando la loro sussistenza e preservando la loro dignità;

CONSIDERANDO che la valutazione biopsicosociale prevista dalla LBI consente un'analisi individualizzata e umanizzata della situazione della vittima;

CONSIDERANDO che la misura è in linea con la Convenzione ONU sui Diritti delle Persone con Disabilità, che ha rango costituzionale, imponendo allo Stato il dovere di promuovere l'inclusione e la parità di condizioni;

PREROGATIVA 15. Attuazione integrata dello Statuto della Vittima:


I Poteri Legislativo, Esecutivo e Giudiziario, in collaborazione istituzionale con il Pubblico Ministero, la Difesa Pubblica, l'Ordine degli Avvocati del Brasile e gli organi di assistenza e protezione sociale, devono garantire l'attuazione coordinata, continua e prioritaria delle politiche pubbliche previste nello Statuto della Vittima (PL n. 3.890/2020), garantendo la piena tutela dei diritti delle vittime di reati, illeciti, calamità e disastri, conformemente ai principi costituzionali di dignità della persona umana, protezione integrale, accesso alla giustizia e divieto di rivittimizzazione, come tipificato dalla Legge Mariana Ferrer (14.245/21).

CONSIDERANDO che l'assenza di politiche pubbliche articolate e la frammentazione istituzionale impediscono la realizzazione dei diritti garantiti alle vittime, trasformando le disposizioni legali in diritti meramente formali;

CONSIDERANDO che lo Statuto della Vittima costituisce un quadro strutturante di protezione integrale, allineato agli artt. 1, III, e 5 della Costituzione, nonché a legislazioni quali la Legge Maria da Penha, la Legge Mariana Ferrer e la Legge sull'Ascolto Specializzato;

CONSIDERANDO che spetta allo Stato attuare politiche trasversali, continue e cooperative per garantire un'informazione adeguata, un'accoglienza psicosociale, una partecipazione processuale effettiva e l'eliminazione della rivittimizzazione;

CONSIDERANDO che l'approvazione e la piena attuazione dello Statuto della Vittima sono misure urgenti per trasformare le garanzie normative in strumenti reali e operativi di tutela dei diritti fondamentali;

Documento assinado digitalmente
 **MARIANA BORGES FERRER FERREIRA**
Data: 13/02/2026 17:12:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MARIANA BORGES FERRER FERREIRA

Presidente del Forum Internazionale del Diritto delle Vittime (INTERVID)
Coordinatrice della Carta delle Prerogative per le Vittime